

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

NATHALIA HENRIQUE DE OLIVEIRA

ESPAÇOS ONDE A EDUCOMUNICAÇÃO ACONTECE:
a educação do negro no Brasil e o Quilombo da Caçandoca

São Paulo
2020

NATHALIA HENRIQUE DE OLIVEIRA

**ESPAÇOS ONDE A EDUCOMUNICAÇÃO ACONTECE:
a educação do negro no Brasil e o Quilombo da Caçandoca**

Monografia apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educomunicação

Orientadora: Prof^a Dr^a Cláudia Lago

São Paulo
2020

Nome: OLIVEIRA, Nathalia Henrique De

Título: Espaços onde a educomunicação acontece: a educação do negro no Brasil e o Quilombo da Caçandoca

Monografia apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educomunicação

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof^a Ms. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof^a Ms. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

Chegar até aqui sem citar de onde eu vim, sem citar quem trilhou esse caminho para que eu passasse não faria sentido. É muito gratificante como uma mulher negra conseguir cursar uma licenciatura dentro de uma das melhores universidades públicas de ensino superior do Brasil, acessar esses espaços sempre esteve no meu imaginário e hoje se torna realidade. Queria agradecer muito a Deus por nunca deixar minha fé se apagar e escutar todas as minhas orações, choro e cantos. Dedico este trabalho aos meus pais, Tatiana Henrique e Aldo Rodrigues, sem vocês me dando todo o suporte desde pequena na minha trajetória acadêmica nada disso seria possível. E falar de vocês me faz lembrar que cheguei nesse mundo quando minha mãe tinha 17 anos e meu pai 21 e desistir de quem eu sou, nunca foi uma opção. Pai, obrigada por todas as noites me esperar no ponto de ônibus aqui do lado leste da cidade, mesmo tendo que acordar às 4h20 da manhã para trabalhar no outro dia. Dedico esse trabalho a minha vó Roseli, que não está mais presente entre nós, mas sempre sentou comigo para fazer as atividades escolares. Dedico a minha tia Perola Taciana, que foi a segunda pessoa da família a acessar a universidade, me orgulho muito de sua trajetória. E a toda à família Henrique e Oliveira. Dedico aos meus amigos Aline Iara, Ana Carolina Araujo, Elisa Canjani, Larissa Naomy, Leticia Karoline, Lucas Augusto, Mariana Nieri e Natália Cesar. Agradeço à Professora Cláudia Lago por todos suporte, autonomia na escrita e dedicação. E por fim, agradeço à todos os moradores do Quilombo da Caçandoca, especialmente ao Mário Gabriel do Prado.

RESUMO

Este TCC analisa espaços onde a educomunicação acontece para além da sala de aula, das teorias acadêmicas e dos lugares em que ela já é reconhecida e se faz presente. O objetivo maior é pensar a educomunicação em relação aos movimentos pela educação do negro no Brasil e, para isso, constitui-se a partir de uma imersão no Quilombo da Caçandoca, pensado em sua relação com a Educomunicação. Como metodologia, segue a perspectiva da escrevivência, conceito da escritora Conceição Evaristo, que levou a descoberta da autora como parte dessa história, enquanto pesquisadora e sujeito. O trabalho apresenta aspectos da história dos principais marcos da educação e alfabetização das pessoas negras no Brasil, detendo-se em duas frentes A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. A partir deste contexto, que mostra como a educação sempre esteve presente na vida e nas lutas das pessoas negras, é feita uma imersão no Quilombo da Caçandoca, apresentando sua história, marcos, organização espacial e política, tradições, saberes e luta e relacionando-o à aspectos da educomunicação, mostrando como saberes e modos ancestrais podem ser relacionados à essas práticas.

Palavras-chaves: Educação; Educomunicação; Educação do Negro; Quilombos; Quilombo da Caçandoca.

ABSTRACT

This TCC analyzes spaces where educommunication takes place beyond the classroom, academic theories and places where it is already recognized and present. The main objective is to think about educommunication in relation to the movements for the afro-Brazilian education and, for that, it is constituted from an immersion in Quilombo da Caçandoca, thinking about its relationship with Educommunication. As a methodology *Escrevivência*, a term used by the writer Conceição Evaristo, who took the discovery of the author as part of this history, as a researcher and subject. The work presents aspects of the history of the main milestones of education and literacy of black people in Brazil, focusing on two fronts: The Black Brazilian Front and the Teatro Experimental do Negro. From this context, which shows how education has always been present in the lives and struggles of black people, immersion is made in Quilombo da Caçandoca, presenting its history, landmarks, spatial and political organization, traditions, knowledge and struggle and relating o aspects of educommunication, showing how ancestral knowledge and ways can be related to these practices.

Keywords: Education; Educommunication; Education in Black; Quilombos; Quilombo da Caçandoca.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Grupo de alunos na Frente Negra Brasileira, década de 1930	24
FIGURA 2 – Coluna Pensando na Vida do jornal A Voz da Raça	25
FIGURA 3 – Sede da UNE no Flamengo, Rio de Janeiro – 1944.....	28
FIGURA 4 – Tranças Nagô	37
FIGURA 5 – Praias da cidade de Ubatuba que recebiam o tráfico ilegal de pessoas escravizadas.....	40
FIGURA 6 – Imagem guardada pelos quilombolas.....	41
FIGURA 7 – Construção de casas da comunidade do quilombo da caçandoca	44
FIGURA 8 – Arte de divulgação Festa da Padroeira.....	54
FIGURA 9 – Jongo das Crianças	55

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	11
2.	OS CAMINHOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	18
2.1	A FRENTE NEGRA BRASILEIRA	22
2.2	O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO NO RIO DE JANEIRO.....	26
2.3	OUTROS NOMES E AÇÕES QUE SE DESTACARAM PARA A INSERÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO.....	30
2.4	AS LEIS QUE MARCAM A EDUCAÇÃO A PARTIR DO MOVIMENTO NEGRO... ..	31
3.	A CONSTRUÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL E SUAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS.....	34
3.1	QUILOMBO DO URUBU: SUA HISTÓRIA E O PODER DA QUILOMBOLA ZEFERINA... ..	35
3.2	QUILOMBOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.....	37
4.	O QUILOMBO DA CAÇANDOCA.....	39
4.1	ORGANIZAÇÃO DO QUILOMBO DA CAÇANDOCA... ..	43
5.	IMERSÃO DA EDUCAÇÃO NO QUILOMBO DA CAÇANDOCA.....	48
5.1	EDUCOMUNICAÇÃO E QUILOMBO CAÇANDOCA.....	57
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
	MONOGRAFIAS	64
	PERIÓDICOS.....	68
	LEGISLAÇÃO.....	68

1 INTRODUÇÃO

Resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos das armadilhas da negação e do esquecimento; significa estarmos reafirmando a nossa presença ativa na história pan-africana e na realidade universal dos seres humanos [...]

(Abdias do Nascimento, 1998. p.113)

Quando abordamos a história do negro no Brasil nos deparamos com um fator que marca a sociedade até hoje: o período escravocrata. Tal movimento brutal traz à tona facetas da sociedade, mas também, em suas entrelinhas da história, omite a atuação do negro na luta pelos direitos humanos e criação de ambientes de aprendizagem. A população negra não teve um papel massivo apenas no desenvolvimento de riquezas, mas sim em uma existência/resistência de um processo de luta que formou raízes para a tentativa de outros futuros movimentos da cidadania plena e gerou, por exemplo, as comunidades quilombolas.

Quando mencionamos o binômio existência/resistência, apontamos primeiro a necessidade de existir enquanto indivíduo em que a resistência se torna uma parte do processo de sobrevivência. Ser negro no Brasil é uma constante luta interna e externa, mesmo após a escravidão.

A real inserção da população negra no Brasil nunca existiu em nossa sociedade, desde a educação, saúde pública, mercado de trabalho, economicamente, historicamente e até no cotidiano social. E o que chamamos de democracia, mesmo após 128 anos de abolição da escravidão no Brasil, ainda é um utopia, um caminho a se traçar, já que a maior parte da população não tem acesso aos direitos fundamentais.

Nesse contexto, a ideia de que há uma democracia racial no país, o chamado “mito da democracia racial” se instala como parte do processo de perpetuação das desigualdades e também de apagamento da história. Tanto da opressão sofrida pela população negra quanto do papel desta população na construção do país. A respeito disso Florentina da Silva explica que:

Detendo o olhar sobre a realidade demográfica, constata-se a construção e a divulgação, desde a década de 1930, de um discurso de democracia racial, cristalizado como especificidade do país e contrariamente aliado manutenção de estruturas socioeconômicas nas quais as desigualdades fundamenta-se em bases raciais inequívocas. O discurso institucionalizado, entretanto, continua apregoando a inexistência de racismo ou discriminação para preservar o “mito”. (SOUZA, 2006, p.49).

O presente trabalho de conclusão de curso é parte de um reencontro comigo, o resgate da cultura quilombola, suas lutas, resistências, formas de educar e tradições foi uma forma de costurar a minha história e os marcos ancestrais que me acompanham.

Um conceito que define a escrita e abordagem desse trabalho é a *escrevivência*¹, utilizado pela escritora Conceição Evaristo² como métodos das narrativas de seus livros. É o processo de escrever, ver e viver:

Quero rasurar essa imagem da “mãe preta” contando história. A nossa “escrevivência” conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande. (EVARISTO, 2018.)

Esse reencontro iniciou em 2017, quando pisei pela primeira vez em um quilombo. Palenque San Basilio ³ ou San Basilio de Palenque, fica a 50km da cidade de Cartagena - Colômbia, foi o primeiro quilombo das Américas. Fundada por Benks Biohó, membro da família real da Guiné Bissau, escravizado por espanhóis e portugueses, inaugurou a comunidade no século 16.

Quando entrei naquele lugar, foi o primeiro marco de uma viagem em que estava reconstruindo a minha história. O quilombo interno começava ali, foi a primeira vez que me senti preenchida.

Foi minha primeira viagem para fora do Brasil. O mais engraçado dessa história foi ter planejado a viagem com mais dois amigos, mas nenhum chegou no mesmo horário na cidade, compramos as passagens pela internet e o trajeto ficou diferente. Como eu seria a primeira a chegar, durante o voo fiquei pensando que ficaria mais ou

¹ Termo utilizado pela escritora Conceição Evaristo e mencionado em entrevista ao jornal Nexo: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>.

² Maria da Conceição Evaristo de Brito (Belo Horizonte, Minas Gerais, 1946). Romancista, contista e poeta. Nasce em uma comunidade no alto da Avenida Afonso Pena. Trabalha como empregada doméstica até 1971, quando conclui os estudos secundários no Instituto de Educação de Minas Gerais. Biografia completa da escritora: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa6851/conceicao-evaristo>.

³ O Palenque de São Basílio ou São Basílio de Palenque é um corregimento do município de Mahates, no departamento de Bolívar, na Colômbia; localizado no sopé dos Montes de María a 50 km da cidade de Cartagena das Índias.

menos sete horas sozinha, em uma cidade que eu não conhecia, com pessoas que eu não conhecia, uma língua com a qual eu não tinha familiaridade e uma cultura desconhecida.

Durante o percurso de táxi até o hotel não achei a tal Cartagena das revistas de turismo, mas a natureza e obras arquitetônicas mal acabadas tomavam conta da minha primeira impressão e visão da cidade.

Logo começaram a aparecer algumas ruas de barro, pessoas vendendo frutas na estrada e um número expressivo de pessoas negras. O táxi entrou em uma vila tomada de areia do mar, quitandas coloridas e muitas crianças em grupo com mochilas e materiais escolares. Por fim chegamos ao hotel.

Longe do que eu imaginava, não me senti sozinha, fiquei bem à vontade e a sensação de pertencimento tomava conta. Algumas pessoas perguntavam se eu era colombiana ou de San Basilio, e então respondia que eu era brasileira. Pelo contrário, nunca tinha pisado nesses lugares. Mas três dias depois, ali estava eu conhecendo a tal cidade de San Basilio. Passamos um dia inteiro por lá e nesse período me encantou a dinâmica da pesca, a venda de frutas, o grupo de crianças indo e voltando para a escola juntos, a horta compartilhada, as mulheres na janela, a dança, o fato de que parecia que todas as pessoas se conheciam, ou simplesmente se cumprimentavam, o jogo de capoeira na praça e o artesanato.

Ao analisar as coisas que me encantaram passei a questionar o quanto a cidade de São Paulo e os processos de urbanização nos afastam de atos afetivos e do senso de comunidade.

O segundo marco aconteceu no mesmo ano, seis meses depois, já no Brasil, quando o mesmo sentimento tomava conta de mim. Desta vez eu estava no litoral norte de São Paulo, na cidade de Ubatuba, no Quilombo da Caçandoca.

Aquele espaço me fez lembrar minha primeira vez em San Basílio, desde as pessoas até a estrada de terra, à feição e costumes, o clima tropical, o verde e o sentimento de pertencimento. Passados esses dias, mais duas vezes voltei para aquela praia e a minha parcela como indivíduo, como mulher negra, como sociedade parecia estar sendo preenchida.

Outro marco que trago para a construção desta introdução foi a minha ida pela primeira vez a Salvador, onde a vivência me encantou mais uma vez, principalmente a presença massiva de negros em todos os espaços que passei, o dialeto afetivo

carregado de “minha mãe” para todas as mulheres negras mais velhas, a utilização das panelas de barro, a pesca coletiva e o cultivo das crenças de matrizes africanas. Observando esses três momentos em lugares diferentes, ficou em mim marcado que lugares que foram palcos de lutas da comunidade negra carregam traços sociais, religiosos, políticos, afetivos de África.

Outro fator que fez parte deste meu entendimento como ser, espaço, indivíduo e construtora de mim foi se relacionar afetivamente com um homem negro. Eu escolhi estar entre meus pares, nós negros nunca aprendemos a nos amar. bell hooks⁴ traz essa reflexão sobre o amor como cura em seu texto “Vivendo de amor”⁵, onde o amor é colocado como intenção e ação histórica e política:

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições muito difíceis para que os negros nutrissem seu crescimento espiritual. Falo de condições difíceis, não impossíveis. Mas precisamos reconhecer que a opressão e a exploração distorcem e impedem nossa capacidade de amar. Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um sentimento de inferioridade. Esses sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram nossa habilidade de querer e amar. Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e consequentemente, de amar. Somos um povo ferido. Feridos naquele lugar que poderia conhecer o amor, que estaria amando. A vontade de amar tem representado um ato de resistência para os Afro-Americanos. Mas ao fazer essa escolha, muitos de nós descobrimos nossa incapacidade de dar e receber amor. (HOOKS, 2000, p.188-189).

Ainda falando desse processo de pertencimento, tenho que citar meu processo de aprendizagem, desde minha infância. Minha mãe é pedagoga de formação, e quando criança vi sua luta para conseguir ingressar na faculdade: ela foi a primeira da família. Admiro a educadora que ela é, sempre muito dedicada, corre a todo momento atrás de seu objetivo que é uma educação desconstruída, criando projetos, levando jornal para a sala de aula, programa de rádio, a culinária, envolvendo eu e o meu pai para desenvolver coisas para as crianças, como vídeos, tirar fotos, montar brinquedos e assim vai.

⁴ bell hooks é o pseudônimo da aclamada escritora, educadora, feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, nascida em 1952, na cidade de Hopkinsville, Kentucky. Autora de vasta obra, incluindo cinco livros infantis, bell hooks investiga de uma perspectiva pós-moderna questões relativas a raça, classe e gênero na pedagogia, na história da sexualidade e do feminismo e na cultura em geral. Biografia completa em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/bell-hooks-1372>.

⁵ O texto completo “Vivendo de amor” está disponível em: <https://pt.scribd.com/document/356648583/Vivendo-de-Amor-bell-hooks-pdf>.

Do lado do meu pai, ele não concluiu os estudos, sempre falava que eu iria passar dele. Mas aprendi com ele que o estudo é uma forma de ascensão, mudança, rumo, abertura de espaços, renovação da mente e construção do ser.

E falando dos caminhos que Nathalia, essa que escreve, tomou. Comecei minha formação em uma faculdade particular graduando Rádio e TV e estagiando em uma revista voltada para a pessoa com deficiência. Na busca por inserção no mercado de trabalho, sempre tive como objetivo que um emprego precisava estar alinhado aos meus valores de conseguir desenvolver a comunicação atrelada à educação. E assim consegui, na Revista D+ eu atuava transformando conteúdos em português para libras e com edições e estratégias de comunicação.

Depois de um ano e meio trabalhando na área fui chamada para participar da Campanha “Respeitar, Proteger e Garantir” financiada pela União Europeia e atuação durante as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Larguei tudo e fui, foi uma experiência muito rica na mescla de educação e proteção dos Direitos Humanos. Foi a primeira vez que pisei na cidade do Rio de Janeiro, me encantei com o local, mas algo me incomodava. E descobri que me incomodava o descaso governamental sobre aquele espaço, me incomodei com o ar pós-colonial que a zona Sul carregava e a educação regular que não subia os morros.

Voltando para São Paulo perdi a minha primeira educadora, minha avó materna, que compartilhou minha educação com meus pais, para auxiliar minha mãe na conclusão dos estudos. Além disso, aprendemos a repartir, a curar um ao outro nas nossas brigas de crianças, defender um ao outro na rua, esperar na porta da escola, sempre andar com RG e dividir as horas na lan house. E compreendi que meus ancestrais carregam ciclos educacionais em suas vivências e afetos, e que o primeiro núcleo de aprendizado que tive foi dentro de casa.

O contexto familiar é o lugar primeiro onde a ação constituinte do Ideal do Ego se desenrola. É aí onde se cuida de arar o caminho a ser percorrido, antes mesmo que o negro, ainda não sujeito, a não ser ao desejo do Outro, construa o seu projeto de chegar lá. Depois é a vida de rua, a escola, o trabalho, os espaços de lazer. (GOMES, 2001, p:83)

Continuando a falar sobre minha formação, por fim cheguei na Educomunicação. Estar na Universidade de São Paulo primeiro foi uma vitória como indivíduo e também coletiva, pois uma mulher negra na Universidade pública é furar uma bolha. Mas o ponto que quero chegar é a escolha de um curso cujo o objetivo é

a desconstrução do currículo, da educação, da formação, dos meios de comunicação, o qual chamamos de Educomunicação.

Já incluída nesse processo de educar comunicar começo a me questionar sobre qual educação estamos falando, onde a tal desconstrução chega, quais as referências dessa educar comunicar que queremos pautar? O processo de desconstrução precisa ser primeiro interno para depois externalizar, porque se não fizermos isso corremos o risco de continuar vivendo no mesmo ciclo de referências e práticas europeias, classistas, elitistas e estereotipadas. Não ver os meus pares graduando nesse espaço era uma questão que eu já sabia que aconteceria, mas confrontar padrões branco-normativos dentro de uma educação que se diz democrática me surpreendeu.

O presente trabalho de conclusão de curso, portanto, procura avançar a discussão sobre espaços onde a educação e a educar comunicar se fazem, trazendo massivamente referências negras, a busca em espaços quilombolas⁶ e nas raízes negras as práticas e processos de educar comunicar, para assim descrevê-las e reconhecê-las, como prática que se fez antes de atingir os espaços e as nomenclaturas acadêmicas.

Em seguida no segundo capítulo, através de pesquisas, apresentamos a história do negro no Brasil, os principais marcos da educação e alfabetização. Observação silenciosa das pessoas escravizadas que levaram à aprendizagens escolares fazendo a construção da educação informal.

Além disso, trazemos duas frentes que contribuíram para o avanço da educação do negro: A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. E alguns nomes como, Maria Raimunda Araújo, militante negra da educação no estado do Maranhão, e o sociólogo e político Alberto Guerreiro Ramos.

Fechamos o capítulo II com a inserção de políticas públicas voltadas para a educação, como a Lei 10.639 juntamente com a alteração da Lei de Diretrizes e Básicas da Educação.

No terceiro capítulo trazemos dados sobre os quilombos no Brasil. Em seguida os processos da construção do Quilombo do Urubu, localizado na cidade de Salvador. E como hoje os moldes quilombolas se reverberam através dos quilombos urbanos, preservando a ancestralidades e criando redes de sobrevivência.

No capítulo IV, começamos a explorar o Quilombo da Caçandoca, consolidado como nosso campo de pesquisa, sua história, marcos, organização espacial e política, tradições, saberes e luta. O quinto capítulo se compõe como um diário de campo das visitas até a comunidade, percepções, imagens e cada momento vivido ali.

Fechamos o trabalho mostrando os pontos em que a educomunicação se faz presente em cada processo da luta negra no Brasil. Como alguns saberes que são pautadosNo segundo capítulo uma passagem breve pelas ações na esfera política, como a implementação da Lei 10.639. E como isso marcou o avanço da educação no Brasil, nomes que impulsionaram essa educação.

Seguimos com o terceiro capítulo abordando as práticas do Quilombo do Urubu, território quilombola da cidade de Salvador, que foi marcado por uma liderança feminina. Quais as estratégias de sobrevivências desse espaço? E como eles reverberam até hoje nos espaços urbanos.

O quarto capítulo começamos a explorar o Quilombo da Caçandoca, localizado na cidade de Ubatuba, ele é o principal marco da nossa pesquisa. Sua história desde 1858 e como a comunidade se articula hoje em dia.

No quinto e último capítulo trazemos a intersecção que os quilombos, principalmente o da Caçandoca tem com a educomunicação. Comos os espaços de educacionais se expandem acontecendo bem antes do ambiente escolar.

⁶ De acordo com os critérios legais: Quilombo Identificado-Primeiro ato normativo referente à existência e regularização do Território Quilombola. Considerando abertura dos processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no órgão estadual competente (Ex: ITESP) e/ou a Certidão da FCP (Fundação Cultural Palmares). Fonte: ITESP; AACONE

2 OS CAMINHOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO NEGRO NO BRASIL

A educação no Brasil teve início em 1549 com a chegada de padres jesuítas e a ideia de civilizar a população indígena, movidos por um forte sentimento religioso de propagação da fé. Essa primeira iniciativa de educação teve fim em 1759 com a expulsão dos jesuítas de Portugal e suas colônias, deixando uma brecha na história educacional. Apenas no século seguinte, com a vinda da Família Real para o Brasil tivemos um novo impulso para a continuidade da escolarização (ROMANELLI, 1978).

Na tentativa de construção de uma linha do tempo sobre a educação no Brasil fica nítida a invisibilidade da população negra no processo. Além disso, é impossível falar de tal processo sem a visão sobre a escravidão, a precariedade e a forma excludente e parcial do atendimento educacional formal como direito básico.

Para percorrer os pontos históricos desse processo, partidos do grande marco na história do negro no Brasil, que foi a implantação da Lei nº 3.353⁷, de 13 de maio de 1888. A lei declara extinta o sistema escravista no país, mesmo assinada pela princesa Isabel, vale ressaltar que ela é fruto de lutas e movimentos abolicionistas, mas que não vem munida de diversas ações que em tese fariam sentido estar acopladas ao fim da escravidão no Brasil.

De acordo com um levantamento no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de quatro milhões de africanos⁸, entre homens, mulheres e crianças, chegaram ao país, entre o século XVI e meados do XIX. Que após a assinatura desta Lei, ficam à margem da sociedade.

Vamos abordar o campo educacional, mas é importante frisar que após a escravidão não houve nenhum projeto de integração do negro na sociedade, seja no campo educacional, no mercado de trabalho, na saúde e em nenhum âmbito da sociedade. Essa integração seria uma responsabilidade pública, a qual já tinha sido legislada na Constituição Brasileira⁹, outorgada em 1824 pelo Imperador Dom Pedro I, onde já encontramos o direito à educação primária a todos os cidadãos.

⁷ Acesso completo da Lei 3.353 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm

⁸ É importante ter em mente que aproximadamente 10 milhões de africanos escravizados foram importados pelo continente americano, 40% deste número desembarcaram em portos brasileiros entre os séculos XVI e XIX. Elencando o Brasil como o maior importador de escravos. (LOPES, 2012, p.28).

⁹ A primeira Constituição brasileira foi outorgada por d. Pedro I em 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

É importante ressaltar que a Constituição de 1824 foi outorgada antes da abolição, que aconteceu em 1888, porém a lei não serviu como atributo que resguardava os direitos dos negros, principalmente no campo educacional.

Outro espaço dentro da legislação que resguarda esses direitos é o art 6º da Constituição de 1824, que declara cidadão brasileiro todos nascidos no Brasil, incluindo aí os libertos

Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação. (Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824)

Outra lei que entra neste contexto, principalmente para respaldo da educação para crianças, é a Lei Nº 2.040¹⁰, de 28 de setembro de 1871, conhecida como lei do ventre livre. Que declara livre os filhos de mulheres escravas que nasceram desde a data da implantação da lei. Além de livres, as crianças também ganham direito a educação, porém com alguns empecilhos do próprio sistema.

Através da Lei abrimos campo para a alfabetização, principalmente de crianças negras a partir de 8 anos completo como mencionado no Art.1 no § 1º. Mas entramos em duas questões a serem observadas nesse novo campo de alfabetização, que trazem uma gama de empecilhos para o início dessa vida escolar.

Primeiro os meios sutis de que dificultavam essa escolarização. Barros (2005) cita alguns meios utilizados para dificultar esse ingresso e permanência no campo escolar. Depoimentos mostraram que faltava “vestimentas adequadas”, que havia a ausência de um adulto responsável para realizar a matrícula, assim como para adquirir material escolar e merenda, por exemplo, eram empecilhos enfrentados por alunos dessa origem para acessar a escola. O relatório do professor Antônio José Rhormens, responsável pela escola do 8º Distrito (Largo do Arouche/São Paulo), do segundo semestre de 1877, expressa claramente preconceitos em sua classe com essas crianças.

[...] “da-se um facto que mais reverte em prejuizo dos bons que em proveito dos maus”. Ali se encontraria uma situação desagradável para ele e para a maioria de seus alunos: certos “negrinhos que por ahi andão, filhos de Africanos Livres que matriculão-se mas não frequentam a escola com assiduidade”, que não sendo interessados em instruir-se, só freqüentariam a

¹⁰ Texto da Lei Nº2.040, de 28 de setembro de 1871, na integra: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm

escola para deixar “nella os vicios de que se achão contaminados; ensinando aos outros a pratica de actos e usos de expressões abominaveis, que aprendem ahi por essas espeluncas onde vivem (BARROS, 2005, p.79).

E segundo, própria Lei do Ventre Livre, exposta em parágrafos acima, permite que crianças nascidas após a promulgação ficassem sob responsabilidade dos proprietários de suas mães até os seus completos 21 anos, situação que as levaria a uma mesma educação oferecida aos escravos (MATTOSO, 1988).

Na tentativa da construção da história do negro nos processos de escolarização, no período pós abolição, temos poucas informações, abrindo um gap na narrativa e memórias dos afro brasileiros, como ressalta Hilsdorf:

Na primeira República, para o trabalhador branco nacional ou estrangeiro, além das escolas públicas oficiais, havia as instituições particulares e as escolas dos trabalhadores. E para os ex-escravos? Temos ainda poucas informações sobre eles (HILSDORF, 2003, p. 77).

Outro fator que se esbarra na construção da história do negro no Brasil é a forma como a história é construída pelos próprios historiadores dando uma visão própria desse processo da história. Como aponta Emília Viotti da Costa:

(...) Reconhece-se que tantos os escravos como os libertos (...) e muitas outras categorias sociais oprimidas que foram no passado objeto de análise de historiadores, antropólogos e sociólogos tiveram (e têm) uma visão da história que lhes é própria e que não raro tem muito pouco a ver com a história que se aprende nos livros e menos ainda com aquilo que se convencionou chamar de história oficial (COSTA, 1989, p. 07).

O próximo marco na educação acontece em 1854, a reforma de Couto Ferraz, prescrita no Decreto 1331-A¹¹ de 17 de fevereiro de 1854, que abordava a obrigatoriedade das escolas primárias para crianças maiores de 7 anos e a gratuidade das escolas primárias e secundárias pertencentes à Corte. Mas, dentro dessa Lei temos dois pontos que comprovam ainda a interdição do negro, seja criança ou adulto, na educação: primeiro, nas escolas públicas não seriam aceitas crianças com doenças contagiosas e nem escravas; e segundo não cita a instrução para adultos, como percebemos nos artigos seguintes:.

¹¹ Decreto 1331A, conhecido como reforma de Couto Ferraz: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

Art. 69. Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:
 § 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.
 § 2º Os que não tiverem sido vaccinados.
 § 3º Os escravos.
 Art. 70. Ás lições ordinarias das escolas não poderão ser admittidos alumnos menores de 5 annos, e maiores de 15.
 (Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854).

Mesmo com os entraves da educação, a resistência negra já se organizava precariamente em grupos que, “conscientes de suas limitações, formavam, às vezes, sociedades secretas – uma espécie de franco-maçonaria cuja palavra de ordem era proteção mútua” (Costa, 1989, p:244). Tais resistências já aconteciam através do culto à religiões de matrizes africanas, contação de histórias, principalmente dentro das comunidades quilombolas, formando uma educação formal ou informal nesses espaços.

Uma das hipóteses sobre o formato da educação informal, é a da observação silenciosa das aulas das sinhás-moças e da instrução religiosa de padres, entre outras situações improvisadas. Podemos também considerar a possibilidade da contratação de professores particulares por senhores, na tentativa de lucrar com escravos alfabetizados. Esses professores, de certo modo, podem ter colaborado para uma educação de forma elementar (KARASCH, 2000).

Outra possibilidade é o envio de escravos, principalmente do sexo masculino, a escolas vocacionais. Além disso Mary Karasch (2000) cita uma possível alfabetização de escravos africanos em árabe. Afirmando essa possível alfabetização árabe de escravos, durante a Revolta dos Malês, que aconteceu entre 24 e 25 de janeiro de 1835 em Salvador, foram encontrados escritos árabes em amuletos em alguns corpos capturados. Karasch descreve a utilização desses amuletos para fins de proteção entre os malês e outros escravos, mesmo que não islamizados, e torna pública a existência de outros dois importantes documentos da época do levante: um “livrinho malê” de 7,4 x 5cm, contendo 102 folhas (94 escritas em árabe) e um documento avulso de 41 x 32,2cm (KARASCH, 2000. p.512).

Porém, somente na República temos indícios da ascensão da população negra nos processos de educação formal, quando o desenvolvimento industrial no final do século XIX impulsionou o ensino popular e o ensino profissionalizante. O ensino popular começa a ganhar forma em grupos escolares urbanos, que ofereciam o ensino

primário e outras escolas isoladas instaladas em bairros operários e fazendas. No ensino profissionalizante paulistas primeiras escolas são criadas em 1911, a Escola Profissional Masculina, no bairro do Brás, destinada às artes industriais, e a Escola Profissional Feminina, destinada ao ensino de prendas manuais, domésticas e agrícolas. Estas iniciativas que possivelmente ao Decreto Nº 7.556¹², de 16 de setembro de 1909 do Presidente Nilo Peçanha, que tinha como um dos objetivos principais a instrução dos filhos dos trabalhadores para a formação de um mercado de mão-de-obra qualificada.

A marca da sociedade e de uma cultura dominante é impressa em uma variedade de práticas escolares, isto é, na linguagem oficial, nas regras da escola, nas relações sociais, na sala de aula, na seleção e apresentação do conhecimento escolar, na exclusão de capital cultural específico (GIROUX, 1999, p.94).

Após a abolição da escravidão e outros marcos citados acima, em uma nova ordem econômica, no início do século XX, movimentos negros idealistas deram respostas aos desafios educacionais do período.

2.1 A FRENTE NEGRA BRASILEIRA

Mesmo com algumas marcas escravistas e colonialistas dentro destes espaços de ensino, essas escolas propiciaram a escolarização de uma pequena parcela da população negra no Brasil. Pretos e pardos que estavam incluídos nesse pequeno grupo de acesso formaram uma nova classe intelectualizada, que mais para frente se mobilizou para as primeiras reorganizações das reivindicações sociais pós-abolição e o surgimento dos movimentos negros.

A população negra criou diversas associações para o benefício e integração da população negra. Segundo Carlos Eduardo Dias Machado, “a comunidade negra criou

¹² O Decreto Nº 7.556, de 16 de setembro de 1909, dispõe de inspeção governamental nos campos agrícolas, principalmente nas escolas agrícolas, na divulgação ao combate a doenças e pragas e a disseminação da alfabetização entre os trabalhadores e seus filhos. O decreto completo encontra-se no site da Câmara dos Deputados do Brasil: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7556-16-setembro-1909-526984-publicacaooriginal-1-pe.html>

85 associações na cidade de São Paulo, sendo 25 dançantes, beneficentes, 4 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos (MACHADO, 2009, p.95).

Amilcar Araujo Pereira (2011, p. 27-28) enumera que do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, surgiram em São Paulo diversas associações de pessoas negras: Clube 28 de Setembro (1897), o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917) e o Centro Cívico Palmares (1926); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor. Essas associações e grêmios citados eram todos voltados para recreação, esporte e cultura, salvo o Centro Cívico Palmares, que encerrou suas atividades em 1929, e foi um grande impulsionador para a criação da Frente Negra Brasileira, três anos depois.

Muito conhecido e inspiradora, o movimento dos Panteras Negras, que tomou conta dos Estados Unidos na década de 1960 foi precedido, em 1931, 90 anos após a abolição da escravidão no Brasil, pelo surgimento da Frente Negra Brasileira. Fundada na cidade de São Paulo, em 16 de setembro de 1931, sua sede localizava-se na Rua da Liberdade, no bairro de mesmo nome. É inaugurada com ações políticas, educacionais, esportivas e culturais, se tornando um pólo na população negra na cidade e referência para outros estados do Brasil. No livro Frente Negra Brasileira – depoimentos organizada por Quilombhoje (1998), com entrevistas e textos de Márcio Barbosa, são descritos alguns depoimentos dos militantes Aristides Barbosa e Francisco Lucrécio, que relatam o ambiente desta escola:

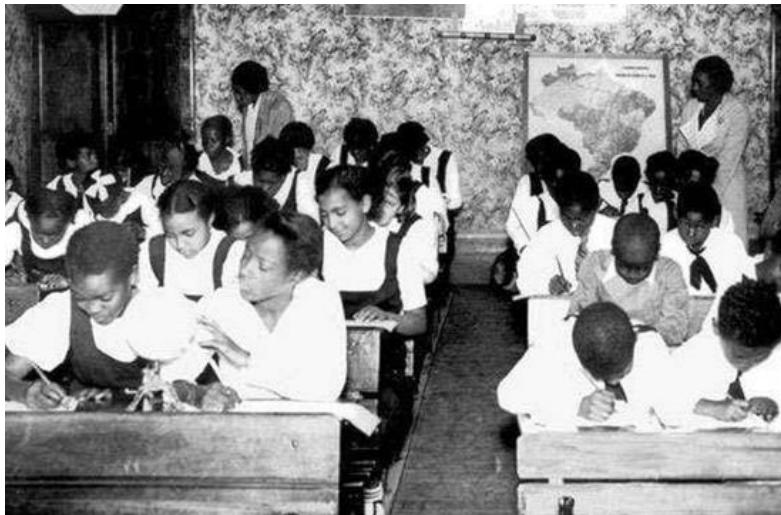
(...) se você chegasse na sede existia um corredor comprido com salas de aula lado a lado. Na entrada havia um salão que era o da diretoria (...) (BARBOSA, 1998, p.25 - Depoimento de Aristides Barbosa)

Nos cursos, os professores davam aula gratuitamente. Os fretenegrinos¹³ que estudavam e estavam fazendo Engenharia, outros que faziam Biologia, outros Comércio, eles se propuseram a dar aulas. Existiam diversos professores: o Raul do Amaral, o Lino Guedes, que era jornalista, Salatiel de Campos, que também era jornalista. Tinha a Celina Campos, professora de música, a Gersen Barbosa. A escola da Frente Negra era formada por quatro classes, com professoras nomeadas pelo governo. Nas classes a gente aceitava até filhos de japoneses, que moravam ali pertinho. (...) A escola foi importante, principalmente quando a Frente Negra se aprofundou na questão política. Então precisaria que o negro se alfabetizasse para tirar seu título de

¹³ Nomeação dada aos associados ou frequentadores da Frente Negra Brasileira.

eleitor. Esse foi um movimento muito grande (BARBOSA, 1998, p.39 - Depoimento de Francisco Lucrécio).

Figura 1 - Grupo de alunos na Frente Negra Brasileira, década de 1930



Fonte: arquivo pessoal do historiador Flavio Gomes (UFRJ).

Até esse ponto observamos que os impulsos e iniciativas para a educação do negro no Brasil partiram de uma necessidade de capacitação para o trabalho, a partir de uma posição pública governamental. E em segundo momento, um movimento vindo da própria organização interna da população negra.

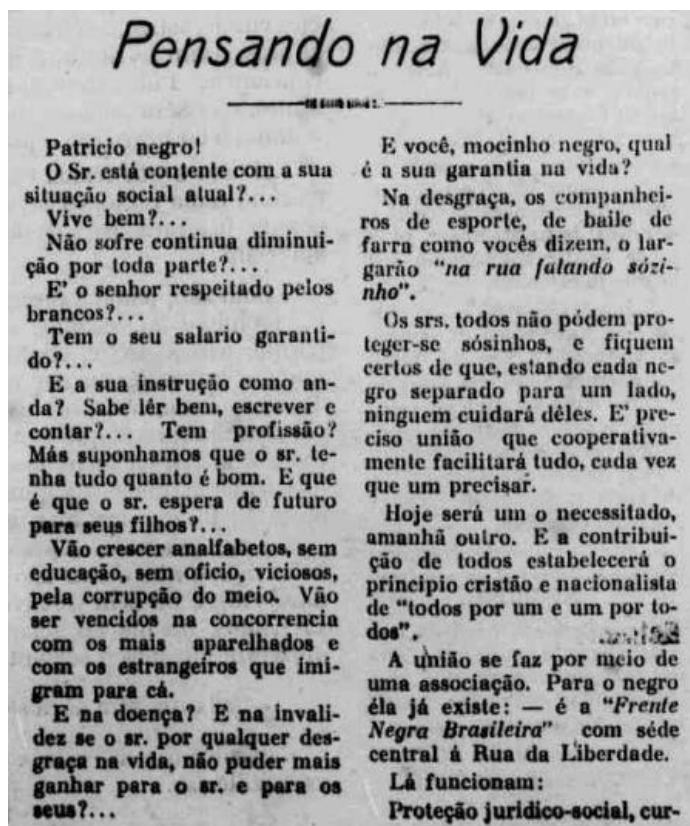
Além do trabalho de alfabetização e ações políticas a Frente Negra Brasileira foi líder de protestos que marcaram a luta contra o racismo na cidade de São Paulo.

A Frente Negra Brasileira foi a expressão de tendências profundas, que se agitavam no meio negro e exigiam transformações substanciais, a longo termo, do comportamento, da personalidade e do estilo de vida da gente negra... serviu como ponto de referência das primeiras formas e objetivação social daquelas tendências... abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória. (FERNANDES, 1978, p. 53).

É importante ressaltar que a Frente Negra Brasileira surgiu atravessando a revolução constitucionalista de 1932, viu o crescimento dos movimentos de esquerda como a intentona comunista, e de direita, os movimentos do integralismo. Além de atravessar o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1945). A instituição atuava em diversas áreas, entre elas, um curso de alfabetização, salão de alistamento, departamento esportivo, departamento médico, departamento de artes e ofícios, o

departamento jurídico social e uma importante atuação com a redação de um jornal chamado “A voz da Raça”, que se tornou um grande porta voz da entidade. Uma das grandes bandeiras do jornal era a educação e alfabetização como principal ferramenta de cidadania e ascensão social.

Figura 2 – Coluna Pensando na Vida do Jornal a Voz da Raça



Fonte: A voz da Raça, n.44,1934. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/voz-raca/845027>

Dentro esses departamentos, segundo Francisco Lucrécio (BARBOSA, 1998), a escola era a mais importante, principalmente na questão política. Era preciso que o negro se alfabetizasse para tirar título de eleitor.

De acordo com Lucrécio a intenção era criar um partido que representasse os negros. O objetivo era “Mostrar que, realmente, o negro podia ser candidato e podia ser eleito, porque não existia uma compreensão nem por parte do negro nem por parte do branco em votar num elemento negro.” (BARBOSA, 1998,p. 44).

Uma importante ação do grupo, frente a direitos, foi a reivindicação da inclusão de negros na corporação da Guarda Civil. Segundo Lucrécio, a Frente Negra Brasileira organizou uma comissão para uma viagem até o Rio de Janeiro falar com o presidente

Getúlio Vargas. E assim conseguiram, voltaram para São Paulo com a autorização do presidente. Com esse marco entraram mais de duzentos negros para a Guarda Civil (BARBOSA, 1998).

A atuação política foi tão forte dentro na Frente Negra Brasileira, que em 1936 foi reconhecida legalmente como um partido político diante do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Atuação que durou pouco diante do decreto de Vargas que marcava o fim dos partidos, eleições livres e da Justiça Eleitoral, em 1937.

2.2 O TEATRO EXPERIMENTAL DO NEGRO NO RIO DE JANEIRO

Outro grande movimento, desenvolvido na cidade do Rio de Janeiro, são as ações associadas ao Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 13 de outubro de 1944, lideradas pelo dramaturgo, escritor e ator Abdias Nascimento¹⁴ e Alberto Guerreiro Ramos¹⁵, sociólogo e político brasileiro exilado em 1966 nos Estados Unidos da América.

A ideia para criação do Teatro Experimental do Negro surge quando Abdias Nascimento assiste à peça teatral “Imperador Jones”, do dramaturgo norte-americano Eugene O’Neill, Prêmio Nobel de literatura (1936) que, de próprio punho, autoriza e cede os direitos de apresentação, em 1944, ao Teatro Experimental do Negro. As cenas da peça, protagonizadas no Chile pelo grupo de poetas¹⁶, retratam vivências parecidas com o Brasil: atores brancos com tinta no rosto atuando em papéis de personagens negros.

Embora no primeiro momento o TEN apareça apenas com uma veia artística, promoveu através dos palcos a inserção do negro em novos espaços e a emancipação política, e mais à frente, ao mercado de trabalho. Essa emancipação ou inserção política se consolidou com a ocupação do TEN na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE).

¹⁴ Abdias do Nascimento (Franca, SP, 1914 - Rio de Janeiro, RJ, 2011). Ator, diretor e dramaturgo. Militante da luta contra a discriminação racial e pela valorização da cultura negra.

¹⁵ Alberto Guerreiro Ramos (Santo Amaro da Purificação, Bahia, 13 de setembro de 1915 – Los Angeles (EUA), 1982) foi uma figura de grande relevo da ciência social no Brasil. Em 1956, Pitirim A. Sorokin, analisando a situação da sociologia na segunda metade do século, inclui Guerreiro Ramos entre os autores eminentes que contribuíram para o progresso da disciplina. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro e membro da delegação do Brasil junto à ONU.

¹⁶ Refere-se a Santa Hermandad Orquidea, um grupo de poetas argentinos e brasileiros. Abdias à época tinha 26 anos.

Conseguimos o empréstimo dos salões e do restaurante da UNE. O restaurante funcionava até umas oito da noite, depois a gente limpava tudo e virava um palco (..) No salão de cima Ironides Rodrigues dava aula de alfabetização, no salão nobre, Aguinaldo Camargo dava aulas de iniciação cultural e, no restaurante, eu já começava os testes de ator pensando na montagem de estréia(...) O TEN nunca foi só um grupo de teatro, era uma verdadeira frente de luta. (NASCIMENTO, 1997, p. 230 - 244).

Em um segundo momento, dentro do movimento, surge o curso de alfabetização de adultos do TEN, comandado pelo educador com bacharel em direito Ironides Rodrigues¹⁷. A atuação de Ironides e o curso de alfabetização de adultos fica presente no relato do fotógrafo José Medeiros¹⁸, que registou alguns momentos do TEN:

O grupo tinha como proposta alfabetizar as pessoas que apareciam por lá. E abriram cursos, para ensinar a ler. Ironides Rodrigues, um negro extremamente brilhante, ensinava as primeiras letras às pessoas. Sua contribuição ao TEN ficou só na alfabetização e outros saíram dali para o teatro" (MULLER, 1988, p. 147).

¹⁷ Ironides Rodrigues nasceu em Uberlândia, cidade de Minas Gerais, no dia 7 de setembro de 1923. Cursou o ginásio em sua cidade natal e, ao seguir para o Rio de Janeiro em 1947, deu prosseguimento aos estudos no Colégio Pedro II e Colégio Universitário do Rio de Janeiro. Morador no bairro de Bento Ribeiro, Ironides trabalhou como garçom em pensões de estudante e como lanterninha e bilheteiro de cinema. Graduiu-se em Direito pela Faculdade Nacional do Rio de Janeiro.

¹⁸ Algumas imagens registradas pelo fotógrafo estão disponíveis em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa14517/jose-medeiros>

Figura 3 - Sede da UNE no Flamengo, Rio de Janeiro (RJ), 1944: aula de alfabetização e cultura geral para adultos, ministrada pelo professor Ironides Rodrigues.



Fonte: Acervo Ipeafro

Ironides Rodrigues, dentro de sua trajetória, dedicou seu diploma de bacharel em direito aos negros, aos operários espoliados pela máquina capitalista e burguesa, aos gays marginalizados, às prostitutas perseguidas e ao índio brasileiro (Santos, 2011). E em sua morte, em 1987, deixou em testamento o desejo de que o apartamento em que morava no subúrbio do Rio de Janeiro fosse transformado em um centro de estudos, com os quatro mil livros servindo de “consulta aos pesquisadores ou para os alunos pobres, que não podem comprar os compêndios indicados pelo professor”. (Rodrigues, 1998a, p. 138).

Além da atuação de Ironides Rodrigues, segundo Nascimento (2003) o TEN teve grande participação das mulheres, com a criação da Associação de Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras.

Um dos destaques da atuação teatral que saiu do TEN foram as atrizes Ruth de Souza e Lea Garcia, que também alcançaram a dramaturgia televisiva.

Dentro do campo de alfabetização do TEN destacam-se nomes como Arinda Serafim, Maria Nascimento, Guiomar Ferreira de Matos e Eunice de Paula Cunha, Marina Gonçalves, Elza de Souza.

Dentro do Jornal Quilombo¹⁹, havia a coluna “Fala a Mulher” onde essas mulheres tinham seu espaço descrito. Maria Nascimento, presidenta do Conselho das Mulheres Negras do TEN, no momento de inauguração do conselho defende e apresenta algumas ações importantes para a implantação dos projetos de educação para dentro do teatro:

O departamento feminino do TEN (...) deverá funcionar com o nome de Conselho das Mulheres Negras (...) [com] Ensino profissional: criação de Escola de Artes domésticas (...) proteção à infância, com criação de abrigos para crianças negras (...) Educação da infância (...) jardim de infância, teatro infantil, teatro de bonecos (...) Irá funcionar imediatamente os seguintes setores (...) Educação e Instrução – Vários cursos, desde alfabetização até o ginásio, sob orientação pedagógica de Guiomar Ferreira de Matos, coadjuvada pelos snrs Ironides Rodrigues, Wilson Silva e Milka Cruz. (...) Quanto aos demais cursos (...) entrarão em funcionamento de acordo com o número de voluntários. Quero deixar bem claro não se tratar de uma escola de governo ou autarquia, que tem meios para custear os professores. Será, pois, uma campanha voluntária, para o elevado nível educacional da mulher negra. Esperamos que no futuro possam surgir pessoas capazes de compreender o nosso esforço e que cooperem financeiramente para o custeamento dos professores e alunos (NASCIMENTO, 1950, p.11).

Com as vertentes ações do TEN fica nítido como a educação está presente em todas as esferas dessa organização. Trazendo o teatro, a política, a escrita, a alfabetização, os conselhos e associações como meio de inserção do negro nos espaços da sociedade.

A história e as pessoas que desenvolviam o TEN tiveram grande participação na política, na cultura brasileira e principalmente na educação popular. Guerreiro Ramos²⁰, membro do TEN, também foi integrante e posteriormente diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) juntamente com Paulo Freire. E foi no ISEB que Paulo Freire declarou em seu livro ter acesso “ao estranho vocábulo conscientização”, termo estudado pelo sociólogo Guerreiro Ramos.

Acredita-se que sou autor deste estranho vocábulo “conscientização” por ser o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o Filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ouvi pela primeira vez a palavra conscientização,

¹⁹ Jornal carioca, inicialmente mensal e mais tarde quinzenal, fundado em 9 de dezembro de 1948 por Abdias Nascimento, e extinto em 1950. No acervo do IPEAFRO há as dez edições completas do jornal: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/ten-publicacoes/jornal-quilombo-no-01/>

²⁰ Alberto Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 13 de setembro de 1915, filho de Vítor Juvenal Ramos e de Romana Guerreiro Ramos. Em 1942 diplomou-se em ciências pela Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito da mesma cidade.

percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática de liberdade é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade (FREIRE, 1967, p. 25).

Fica nítido na fala de Freire sua imersão em um novo vocabulário, que ficou muito presente em seus trabalhos. É importante destacar essa citação e o fato, pois mostra como o autor bebeu das ideias e estudos desenvolvidos em ações do movimento negro como o ISEB e a trajetória de Guerreiro Ramos.

2.3 OUTROS NOMES E AÇÕES QUE SE DESTACARAM PARA A INSERÇÃO DAS PESSOAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO

Muitas estratégias foram utilizadas por militantes negros/as em todo o território nacional na luta e ações para inserção do/a negro/a na história do Brasil. Destacamos, por exemplo, a atuação de Maria Raimunda Araújo²¹, conhecida como Mundinha Araújo, no Maranhão. Jornalista, pesquisadora, escritora e ativista, Mundinha foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, e teve uma forte atuação dentro de escolas maranhenses, dando palestras a professores e produzindo materiais didáticos. Além disso, Mundinha também emergiu nos campos quilombolas atuando na demarcação de terras rurais dos Povoados de Alcântara - Maranhão (PEREIRA, 2015, p.6).

Vale ressaltar mais uma vez o nome de Alberto Guerreiro Ramos, e sua contribuição na educação, na direção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na políticas e, principalmente, na descolonização das ciências sociais. Além disso, também assessorou Getúlio Vargas durante seu segundo mandato.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, é outra militante com grande atuação no Rio Grande do Sul frente às políticas públicas e discussões étnico raciais no ensino. Foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, entre 2002 a 2006, onde participou como relatora do Parecer CNE/CP 03/2004²², que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

²¹Maria Raimunda, também conhecida como Mundinha Araújo, nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Sua formação inicia em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão, em 1975. Foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003.

²²Parecer CNE/CP nº 3/2004, aprovado em 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Acesso completo ao Parecer em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf

Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Também produziu a tese “Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro”, que mais tarde serviu para documento para o reconhecimento da comunidade como território quilombola. (SILVA, 2011)

Arinda Serafim, destaque dentro da formação do TEN, porém, antes trabalhava como empregada doméstica. Ela teve papel de liderança na organização das mulheres negras dentro do TEN, e nas várias iniciativas do grupo em defesa dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas. Mais tarde, Arinda Serafim trabalhou como atriz em filmes como do diretor Nélson Pereira dos Santos.

José Correia Leite, é um dos nomes e figuras que está presente em todos os movimentos políticos e sociais relacionados à negritude em São Paulo. Participou ativamente no nascimento da Frente Negra Brasileira, sendo um dos conselheiros do movimento desde 1931. Mais tarde, após sua saída da FNB, criou o Clube Negro de Cultura Social. Durante sua atuação no FNB foi líder do jornal o Clarim, que passou a se chamar Clarim d' Alvorada, e depois de alguns anos com sua saída do FNB, se tornou o jornal o Chibata²³ (BARBOSA, 1998).

Outro nome que marcou a escrita e as referências educacionais foi Carolina Maria de Jesus, principalmente com a escrita e publicação histórica em 13 idiomas do livro “Quarto de despejo – o diário de uma favelada”, no ano de 1960. Onde fica marcado a educação como norte de Carolina e seus ensaios de cuidados com seus três filhos. Como exemplificado no trecho:

18 de julho de 1955. Veio a D. Silvia reclamar contra os meus filhos. Que os meus filhos são mal iducados. Mas eu não encontro defeito nas crianças. Nem nos meus nem nos dela. Sei que criança não nasce com senso. Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis. [...] Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter. (JESUS, 1993, p. 13).

2.4 AS LEIS QUE MARCAM A EDUCAÇÃO A PARTIR DO MOVIMENTO NEGRO

Ainda dentro dessas lutas e atuações temos alguns passos que foram dados dentro em direção ao estabelecimento de leis na educação, como a alteração da Lei de Diretrizes e Básicas da Educação (LDB) sancionando a Lei 10.639 de 2003, que

²³ Edições digitalizadas do jornal estão disponíveis em: <http://200.144.6.120/uploads/acervo/periodicos/jornais/HW19320200.pdf#page=4>

torna obrigatório o ensino do conteúdo História da África e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo oficial da rede de ensino do país. (BRASIL, 2003). A 10.639 surge como consequências das reivindicações cravadas pelo movimento negro ao longo dos anos e da atuação dos deputados federais Ester Grossi, educadora no Rio Grande do Sul e Ben-Hur Ferreira, participante do movimento negro do Mato Grosso do Sul e ganhou impulso com a criação, nos anos de 2002 e 2003, durante o governo Lula, da

Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) A lei estabelece que:

§ 1o - O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil;
§ 2o - Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Outro ponto positivo é a inclusão do “Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar, em 20 de novembro, data em que ocorreu o assassinato de Zumbi dos Palmares. E a criação da SEPPIR no 23 de março de 2003, fica como marco para o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial. Data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em referência ao “Massacre de Shaperville”²⁴.

Dentro das questões quilombolas temos, em 2001, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) que debateu em um âmbito geral a diversidade no campo da política educacional, trazendo para a pauta o debate sobre a educação quilombola. Como resultado desse debate houve a inclusão da Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação Básica no Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. A CONAE definiu que a educação quilombola é da responsabilidade do governo federal, estadual e municipal e estes têm o dever de:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando

²⁴ A cidade de Sharpeville, 50 km ao sul de Johannesburgo, foi palco das principais manifestações contra as leis segregacionistas do apartheid. No dia 21 de março de 1960, 69 pessoas morreram e 180 ficaram feridas pela polícia durante protestos no local.

o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.

b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.

c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico racial do grupo.

d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.

e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.

f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização

g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica.

h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas (BRASIL, 2011, p. 9).

O Brasil, país com a segunda maior população negra do mundo, fica apenas atrás apenas da Nigéria, ao longo de sua história produziu um quadro de extrema desigualdade entre negros e brancos, principalmente dentro da educação. A história do negro dentro da educação se torna um fenômeno com diversos fatores, que incluem uma gama de iniciativas individuais voltadas à educação no período colonial, as escolas profissionais/técnicas, e principalmente as escolas dos movimentos negros, que contribuíram para a igualdade de direitos da população negra. Diante do Estado as ações passam muito mais por um campo de articulação através da conscientização de direitos por parte da população, em um contexto de exclusão, resistência e inclusão, como vimos nos subtítulos deste capítulo.

Parte desta luta continua incansavelmente, e hoje também toma um novo campo de discussão e atuação os espaços que os avanços tecnológicos, principalmente a internet e redes sociais, trazem.

Porém, discutimos essa educação sempre referencialmente aos espaços urbanos e grandes pólos. Outro campo em que a educação carece de atenção e recursos é o das comunidades remanescentes dos quilombos, território onde a educação e a educomunicação se tornam presente através do cotidiano. Um cotidiano que é um misto de vivência, resistência, patrimônio cultural, luta e práticas primárias. No próximo capítulo vamos aprofundar os marcos que os quilombos deixaram e deixam no Brasil, principalmente ao que tange o campo educacional.

3 A CONSTRUÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL E SUAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Neste capítulo vamos apresentar práticas educativa nos quilombos iniciando com a contextualização do nascimento e características dos quilombos. Para Reis e Gomes (1996), onde teve sistema escravista, houve luta e criação de comunidades de fugas. Essas comunidades carregam nomes diferentes dependendo de sua localização. Na América espanhola eram denominados como palenques e cumbres; nos espaços de colonização inglesa marrons e franceses grand marronage. No Brasil ficaram conhecidos como quilombos ou mocambos. Carril descreve quilombo como:

Os quilombos eram, tradicionalmente, agrupamentos formados por escravos fugidos, em locais isolados e de difícil acesso. Atualmente, o termo passou a designar as terras habitadas por negros e originadas de doações de antigos senhores, de fazendas abandonadas com escravos, de terras de igreja, e, com o decreto da abolição, terras doadas a ex-escravos (CARRIL, 1997, p.10).

Hoje em dia as comunidades denominadas quilombolas são grupos sociais cuja identidade étnica e cultural os distingue no conjunto da sociedade. Por mais de dois séculos essas comunidades, formadas por remanescentes de escravos, negros alforriados e fugitivos, constituídas em quilombos buscam por seus direitos e pela garantia de seus territórios. Com a inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes de quilombos, esses grupos foram finalmente reconhecidos oficialmente pelo Estado e passaram a buscar de maneira mais efetiva seus direitos (NEIVA, 2008). As terras reivindicadas como quilombolas tem como objetivo a ocupação e utilização como bem comum, ou seja, na condição de terras devolutas. Esse reconhecimento traz em si o reconhecimento da experiência comunitária ali desenvolvida.

Além disso, as comunidades hoje reconhecidas pelo ITESP e INCRA também ganham o termo “remanescentes quilombolas” dotando esses grupos de direitos do ponto de vista jurídico. Arruti (2006), afirma que o termo remanescente surgiu como uma solução encontrada para a questão de “continuidade e descontinuidade”, presente nas comunidades quilombolas tanto do passado, quanto da contemporaneidade.

Segundo a Fundação Cultural Palmares²⁵, em um estudo feito no ano de 2008, há cerca de 5 mil comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil, mas apenas 3.524 foram mapeadas e catalogadas pela Fundação, 1209 comunidades já foram certificadas e 143 áreas de terras remanescentes tituladas.

Existem comunidades remanescentes de quilombos em quase todos os estados, exceto no Acre, Roraima e no Distrito Federal. Os que possuem o maior número de comunidades remanescentes de quilombos são Bahia (229), Maranhão (112), Minas Gerais (89) e Pará (81).

A história dos negros no Brasil se mostra como um campo de educação informal, onde os conhecimentos e técnicas são passados de forma oral, preservando a ancestralidades e criando redes de sobrevivência. Quilombos criados ao longo da história do Brasil nascem com uma carga histórica e meios de preservação dessas práticas, tornando a memória quilombola viva em cada nova comunidade.

3.1 QUILOMBO DO URUBU: SUA HISTÓRIA E O PODER DA QUILOMBOLA ZEFERINA.

Escolhemos trazer a história do Quilombo do Urubu, por sua forte liderança feminina, normalmente os trabalhos acadêmicos e o senso comum conhece mais sobre o Quilombo dos Palmares e a figura de Zumbi, por esse motivo, optamos cruzar outro território quilombola, não tão conhecido. Zeferina, de origem angolana, chega ao Brasil na primeira metade do século XIX, foi trazida ainda criança, nos braços de sua mãe Amália, e já na condição de escrava (OLIVEIRA, 1996). A criação de saberes, estratégias de luta, armas de combate, a religiosidade e a presença feminina marcam a história do Quilombo do Urubu, sendo uma referência quilombola presente até hoje, mas pouco falada.

No texto “Da fuga ao suicídio: aspectos da rebeldia escrava no Brasil”, José Alípio Goulart (1972), ressalta que o Quilombo do Urubu formou-se em 1826, no sítio de cajazeiras, nas proximidades da capital Salvador (BA). Um dos objetivos do grupo era preparar um ataque à capital onde pretendiam uma revolução negra.

²⁵ No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. <http://www.palmares.gov.br/>

Zeferina, que era líder do Quilombo Urubu trouxe vários diferenciais para o território. Foi ela quem inspirou o desejo de revolução, e organizou as grandestocas de objetos entre camponeses e quilombolas, e também, o roubo e saques às fazendas. Ela contribuiu muito para a ampliação da oralidade, demonstração de espaços de poder da mulher na política, religião, educação, bem como ampliar os traços de solidariedade. (BARBOSA, 2003).

Zeferina foi dotada de conhecimento histórico e de ancestralidade de origem africana. Ela exerceu um poder revolucionário enquanto líder no Quilombo do Urubu a favor de si e do seu povo escravizado, e este poder foi resultado de uma criativa reconstrução do conhecimento histórico, mítico e místico, sobretudo do sistema matrilinear de Angola, da tradição das guerreiras e quilombolas, indo da rainha Nzinga até as anônimas brasileiras, e este poder vem sendo dinamicamente recriado enquanto referencial de resistência pela atual comunidade local. (BARBOSA, 2003, p.26)

Outra contribuição na liderança de Zeferina foi a ligação religiosa com a ancestralidade, reconstruindo a identidade afro-baiana muito presente hoje, com as práticas do Candomblé de Angola, conhecido como Bate Folha. Sua ancestralidade religiosa foi passada por sua mãe, Amália, que sempre preservou o saber da oralidade documental. Seu estilo sociopolítico como líder quilombola refletiu nas partilhas de conhecimento, saber, de poder, de desejo de transgressão, modelos de atuação que defendiam idosos e crianças e a demonstração de família extensa com a criação de tribos dentro do próprio quilombo (BARBOSA, 2003).

No exercício de um poder representativo em Urubu, Zeferina privilegiou a preservação da família extensa, a solidariedade entre os “parentes”, e seu governo foi exemplo de que a mulher assumiu função de liderança a partir de base cultural solidamente autônoma (MOURA, 1989, p. 36-37).

Com seus saberes ancestrais juntou índios e pessoas escravizadas para o Levante do Urubu, que aconteceu em 17 de dezembro de 1826, um ataque apenas com arco e flecha contra um ataque policial ao quilombo, que terminou com a prisão de Zeferina (MOURA, 1989).

No livro “Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil”, organizado por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (1996), os autores relatam que Zeferina foi reconhecida pelo presidente da província como “rainha” referindo-se ao seu plano de invadir Salvador para matar os brancos e conseguir a liberdade.

A resistência nos quilombos fazia usos de estratégias de comunicação e educação insuspeitas para seus inimigos. Um exemplo prático dessas resistências são as tranças nagô, feitas principalmente nas mulheres por mulheres, que estrategicamente indicavam caminhos de fuga, descrição do solo dos caminhos que levavam até o quilombo, além disso serviam para carregamento de algumas

sementes, que poderiam ser utilizadas para plantio, demarcação de rotas ou alimentação (VARGAS, 2003).

Figura 4 - Tranças nagô



Fonte: Fotografia de So Yoon Lym.

Acesso ao portfólio da artista: <http://www.soyoonlym.com/works/dreamtime/>

Essa prática reforça a estratégia de comunicação através de outras ferramentas e linguagens.

3.2 QUILOMBOS URBANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Na década de 1970, houve uma ressignificação da ideia de quilombo no imaginário racial brasileiro, se tornando um símbolo no processo de busca por referências, resgate de memória e manutenção dela, afirmação social política, cultural e identitária. Momento este que foi marcado pela reafirmação da herança afro-diaspórica e busca de um modelo que reforce os processos de oralidade e narrativas da memória. (FERREIRA, BRAGA, 2010).

Em 1980, Abdias Nascimento publica o livro "O quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista" batizando a proposta de quilombismo e cria um projeto

com alguns princípios e propósitos, com a ideia de um difundir espaços libertadores. São 16 princípios presentes no livro e vale destacar alguns:

1) O Quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros, objetivando a implantação de um Estado Nacional Quilombista, inspirado no modelo da República dos Palmares, no século XVI, e em outros quilombos que existiram e existem no País; 11) A revolução quilombista é fundamentalmente antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista (NASCIMENTO, 1980: 275-277).

A partir desses processos e baseados nas diretrizes de quilombismo de Abdias Nascimento, temos a criação dos quilombos urbanos dentro das grandes capitais. Atualmente na cidade de São Paulo, temos três espaços denominados como quilombos urbanos: o Aparelha Luzia, a Casa Amarela Quilombo Afroguarany e o Coletivo Terça Afro. Esses locais se constituem através da arte, sendo espaços de afetos, identidade e formação através do diálogo.

4 O QUILOMBO DA CAÇANDOCA

A cidade de Ubatuba está localizada no litoral norte do Estado de São Paulo, fazendo fronteira, ao norte, com o Estado do Rio de Janeiro, e ao sul, faz divisa com a cidade de Caraguatatuba. A região, fundada por volta de 1610 pelo governo de Portugal, teve povoamento bastante remoto por grupos indígenas, essa ocupação é comprovada através da presença de “sambaquis”²⁶. Após ser cedida aos colonos, em pouco tempo surgiram fazendas produtoras de açúcar que utilizavam o trabalho escravo. A população e consequentemente os povoados cresceram e a região tornou-se Vila em 1637, produzindo e comercializando açúcar, cachaça, fumo e anis. Além das fazendas exportadoras, haviam alguns sítios familiares, cuja produção era para o consumo interno e troca. Até o início do século 19, os principais proprietários da região eram portugueses. A partir de 1820, houve um aumento da população com a chegada de europeus de outras origens, como os franceses, que começaram a invadir violentamente terras caiçaras (ITESP, 2000).

O número de escravizados em 1818 era 722 e em 1836 era 2.329, respectivamente 23,1 e 38,6 por cento da população total (MARCÍLIO, 1986, p.223). A primeira escravização foi a do povo indígena, que trabalhou na cana de-açúcar, já subjugado e populacionalmente reduzido devido às mortes coletivas produzidas por epidemias trazidas pelos europeus (idem:23).

Com recursos, os europeus começaram a adquirir pessoas escravizadas, a população de origem africana cresceu bastante no período. Naquela época, a cultura de café para exportação se espalhou pelo Vale do Paraíba e era exportada pelo porto de Ubatuba. A partir de 1830, Ubatuba passou a ser um porto de entrada clandestina de “africanos novos” destinados ao sudeste do país (ITESP, 2000).

²⁶ Sambaquis são sítios arqueológicos formados pela sedimentação/depósito de conchas e outros elementos que comprovam a ocupação humana, tais como fogueiras, sepultamentos e ferramentas. Mais informações em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/exposicoes/arqueologia/arqueologia-brasileira/sambaquis.html>

Figura 5 – Praias da cidade Ubatuba que recebiam o tráfico ilegal de pessoas escravizadas.



Fonte: Praias do município de Ubatuba indicadas como pontos de desembarque ilegal de africanos escravizados. Fonte: Google Earth, 2016. Adaptação: Luciana Bozzo Alves.²⁷

O território da comunidade do quilombo da Caçandoca, era de uma fazenda escravocrata que também produzia café e cana-de-açúcar fazendo parte desse círculo escravista do litoral paulista. Com cerca de 890 hectares, a região faz limite com a orla marítima, ao sul e oeste com a serra de Caçandoca e a norte com o condomínio da praia do Pulso. O acesso é feito através de uma estrada de terra de 4km, a partir da BR-101. Além de ser o único território quilombola que conta com espaço marítimo.

Comprada por José Antunes de Sá, em 1858, o fazendeiro com três filhos, que se estabeleceram em três núcleos administrativos da mesma fazenda: Caçandoca, Saco da Raposa e Saco da Banana, cada um com uma sede e um engenho d'água. Na época, o fazendeiro e seus filhos estupraram mulheres escravizadas, os filhos gerados muita vezes eram vendidos e outros usados para o trabalho na fazenda.

Em 1888, com a abolição da escravatura, algumas pessoas escravizadas foram embora e outras ficaram como posseiros do local, onde nasceram sete núcleos familiares. Ali começava o desenvolvimento do quilombo da Caçandoca, diferente da história de outros quilombos que eram lugares explorados e encontrados por pessoas escravizadas, a Caçandoca nasce com o fim da escravidão e com a miscigenação.

²⁷ Fotografia retirada do site: <https://paineira.usp.br/aun/index.php/2019/08/06/litoral-norte-de-sao-paulo-foi-palco-para-chegada-ilegal-de-escravos/>

Dos sete núcleos familiares, cinco se compõem da junção de homens brancos e mulheres negras, que envolvem os filhos do fazendeiro José Antunes de Sá. Outro núcleo descende da união de Gabriel de Oliveira dos Santos e Rosária Vitória, dois negros escravizados. E um núcleo que integrava mulheres indígenas da região.

Figura 6 – Imagem guardada pelos quilombolas



Fonte: Imagem exposta no Centro Comunitário Flávio Firmino dos Santos. Sem autor.

Essa miscigenação também se faz presente na cultura, costumes, hábitos, e até mesmo as festas da comunidade, a exemplo da festa da Padroeira, tradição católica que acontece sempre em 15 de outubro, quando é comemorado o dia de Nossa Senhora de Aparecida. Outro marco é a adaptação ao ambiente litorâneo e caíçara. O encontro de tradições africanas como o jongo, a formação em pequenas tribos ou núcleos (como eles nomeiam) e a capoeira. Da cultura indígena ressaltamos a prática artesanal. E da herança branca ficou o estilo camponês de plantio e plantações como o do café, a cana-de-açúcar e a banana, que são cultivadas desde a fundação da fazenda e sendo o principal produto vendido pela comunidade hoje.

Uma prática que marca a história da comunidade é a troca de mantimentos, que ficou muito comum entre os núcleos, que mais pra frente se tornaram como “bairros” dentro do território e são eles: Caçandoca, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco da Banana e Praia do Simão. A roça e as plantações herdadas eram as mesmas, o que mudou foi o perímetro ou posse de terra que cada núcleo cuidava.

Mario Gabriel do Padro, presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Caçandoca, relata²⁸ que quando criança lembra dos núcleos trocarem produtos e fazerem mutirões, chamado de “pitirão”, para reparos nas regiões de cada bairro. O final do trabalho era comemorado com comida e bebida oferecidos pela região beneficiada.

Atualmente, a maior parte das famílias da comunidade vivem do turismo, com quiosques de praia, estacionamento, venda de alimentos na beira do mar, guia de turismo ou trabalham no condomínio de luxo da região. Alguns ainda fazem o cultivo e manufatura de banana e mandioca. Além disso, a comunidade tem se dedicado a exploração do ecoturismo da região.

Ao longo década de 70, com a construção da BR 101, que passa a dar acesso ao local que antes era totalmente isolado, inicia a especulação imobiliária e exploração do local pela Urbanizadora Continental, empresa que tomou posse violentamente da praia do Pulso, que hoje abriga o condomínio de luxo.

Em 1974, quando o trecho da BR-101 em Ubatuba estava sendo concluído, várias famílias foram obrigadas a abandonar suas terras. As pessoas recebiam prazo de uma semana para se mudarem, e então eram expulsas, e suas casas imediatamente destruídas, na maioria das vezes queimadas. Naquele ano, uma empresa da área imobiliária se apropriou de 414 hectares na praia e no sertão da Caçandoca, mantendo a área rigorosamente cercada e vigiada, mesmo sem construir nada no local. O registro mais antigo da escritura apresentada pela empresa é referente à aquisição de uma área de 210 hectares conhecida como Fazenda Maranduba, primeiro por um casal, em 1928, e mais tarde pela Empresa Territorial Agrícola Maranduba, em 1941. Por fim, em 1976, um agente imobiliário teria comprado a fazenda, responsabilizando-se pela retirada completa dos habitantes tradicionais da área. No mesmo dia, vendeu-a para a empresa imobiliária. Mesmo sem nenhum documento referente à Caçandoca, entre 1974 e 1985 a empresa destruiu e proibiu a permanência de ranchos para barcos nas praias da Caçandoca e Caçandoquinha, impedindo a pesca dos quilombolas. Bloqueou a passagem de automóveis entre o condomínio e a Praia da Caçandoca, prejudicando o transporte de mercadorias e de pessoas doentes. (2016 – Comunidade Quilombola Caçandoca | Incra; UFMG)

Parte das famílias da comunidade da Caçandoca começou a perder acesso às terras na década de 70, processo que envolveu coerção, violência, processos judiciais e intervenção de órgãos públicos. Outro episódio por parte da Incorporadora Continental no ano de 1974, foi a tentativa de tomada da igreja católica localizada na Praia da Caçandoca, considerada um patrimônio coletivo da comunidade, construída

²⁸ Mário apresenta o quilombo e suas experiências em entrevista concedida na primeira visita.

na época ainda que o território era uma fazenda. Os moradores se mobilizaram e conseguiram evitar a demolição que era prevista pela incorporadora.

Os documentos informam que a fazenda, na época, compreendia a praia e o sertão da Caçandoca e a praia da Caçandoquinha. Também informava que ao sul fazia divisa com outra terra de José Antunes de Sá. O inventário da esposa do fazendeiro, datado de 1879, confirma a presença das famílias quilombolas na terra. Além disso, um Cadastro de Imóvel Rural realizado em 1978 pelo INCRA comprova o pagamento do Imposto Territorial Rural e a posse do Sítio Saco da Raposa, no bairro da Caçandoca, por Benedito Gabriel dos Santos e irmãos desde 1923. (ITESP, 2000, p.44)

A comunidade da Caçandoca contatou o ITESP em julho de 1998, quando solicitou o seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo. Naquela ocasião acontecia um conflito decorrente da ordem judicial de reintegração de posse e luta de espaços com o condomínio de luxo que explorava construções no local.

O grupo populacional se constitui como remanescente de comunidade de quilombo a fim de adjudicar-lhe o direito previsto no artigo nº. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.

O Quilombo da Caçandoca só foi reconhecido durante o governo Lula no ano de 2006, sendo a primeira comunidade quilombola no país a conquistar um decreto de desapropriação do governo federal por interesse social após 2003, mesmo ano em que foi publicado o Decreto Federal 4.887/2003, que normatiza a titulação das terras de quilombo. A área decretada corresponde a cerca de metade do território reivindicado pela comunidade.

Outro marco importante para a comunidade é a realização do Relatório Técnico-Científico, elaborado em 2000 pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), processo que também favoreceu o reconhecimento de 2006.

4.1 ORGANIZAÇÃO DO QUILOMBO DA CAÇANDOCA

Para tomar posse de terrenos dentro do território é necessário se identificar como quilombola, isso através da árvore genealógica que fica exposta na escola da comunidade, ou através de documentos (certidões de nascimento ou se necessário certidão de óbito) que comprovem o vínculo familiar e descendência quilombola, e/ou através do reconhecimento das pessoas mais velhas da comunidade;

Além disso, o Estatuto do espaço também deixa claro que não quilombolas não podem morar na propriedade sem esses vínculos familiares. Exemplo de cônjuges, que caso haja separação, a pessoa que não é quilombola precisa se retirar da comunidade,

Outro ponto estabelecido pelo Estatuto interno na comunidade é como é feita a utilização do espaço requerido. É proibida a utilização das terras e construção de casas para serem utilizadas como hotéis, pousadas ou qualquer tipo de locação para utilização de pessoas não quilombolas. As casas são destinadas para moradia fixa.

As casas são sempre feitas de forma coletiva, mobilizando toda a comunidade para construção das moradias, como no exemplo abaixo:

Figura 7 - Construção de casas na Comunidade do Quilombo da Caçandoca



Fonte: Mário Gabriel do Prado

A economia na Caçandoca apresenta as marcas servis do passado. Alguns moradores do quilombo, para giro econômico, trabalham no condomínio de luxo, localizado na praia do Pulso. Única demarcação de terra que não foi reivindicada na proposta de titulação do Quilombo, mas que fazia parte de suas terras tradicionais.

Outra parte de sua economia vem da alta temporada, principalmente o verão, onde as praias de Ubatuba recebem em média até um milhão de pessoas, segundo a prefeitura. Temporada em que o comércio através dos quiosques ganha espaço. Há moradores que trabalham em outras organizações fora da região do quilombo, que eles costumam nomear como “trabalhar na rodovia”, que significa ter que percorrer a

estrada de terra até a rodovia Rio Santos para começar o percurso até o local de trabalho.

Ainda, cerca de dez famílias sobrevivem da prática da pesca, fazendo a venda na rodovia ou para casas na região.

Há também cerca de dez famílias que complementam suas rendas com a venda de peças de artesanato, mas que acaba não sendo uma fonte de renda primária.

Mas ainda sim, a maioria dos moradores sobrevivem trabalhando como seguranças, porteiros, caseiros, domésticas e jardineiros dentro do condomínio de luxo ao lado. Um grupo menor de pessoas trabalha em outras empresas da cidade de Ubatuba.

Em termos políticos, a Caçandoca se organiza, desde 1997 na Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca. Tal associação teve um grande impulso para mais tarde, em 2000, dar início ao processo de regularização fundiária da área pelo ITESP.

Dentro da associação e do território há uma forte atuação e organização política. Mário, presidente da Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Caçandoca relata em entrevista ²⁹que a atuação política e a resistência para garantir a terra é algo passado desde pequeno para cada morador. A associação se organiza através de votações, mandatos, cargos e atuação ativa. As votações acontecem de dois em dois anos, as pessoas se organizam com chapas que debatem suas propostas e são votadas pelos moradores. Dentro de cada chapa há os seguintes cargos: Presidente; Vice presidente; Tesoureiros; Conselho Fiscal; Conselho Executivo; Conselho Deliberativo; Secretários; Agentes.

As ações de cada chapa são direcionadas principalmente à atuação frente à órgãos públicos, seja a prefeitura de Ubatuba até o INCRA ou ITESP, para manter os direitos e principalmente a posse das terras da comunidade. Outra atuação é a criação e realização de ações que movimentam e mantêm viva a memória quilombola, como organização de festas, encontros e reparos dentro da comunidade.

²⁹ Entrevista concedida à estudante Nathalia Henrique, durante as visitas de pesquisa para elaboração do presente trabalho.

Uma ação coletiva muito importante que acontece é a construção de casas dentro da comunidade, sempre em mutirão, reunindo todos os moradores para a construção da moradia de um dos integrantes.

A limpeza das áreas comuns, principalmente da área de praia é outra ação que acontece coletivamente. Esse cuidado e respeito com a terra é outro fundamento enraizado dentro da comunidade.

Um marco que fez parte da forte atuação da associação foi a chegada da luz elétrica no local, que aconteceu apenas em 2008 com o programa social “Luz para Todos”, iniciativa financiada pelo Governo Federal a partir de 2003.

A organização também se ancora na cultura religiosa e nas festas tradicionais. Uma das mais importantes festas na Caçandoca é a celebração do Divino Espírito Santo, uma das mais antigas e difundidas práticas do catolicismo popular. A festa mobiliza e integra todo o município durante 20 dias no mês de junho, contados cinquenta dias depois da Páscoa. Para o calendário dos hebreus, a data marcava o fim das colheitas do trigo e o momento de festejar e agradecer pelas boas safras. A festa é um misto de rezas, cortejos, missas, danças, apresentações e comida em abundância.

Tradicionalmente há outras festas religiosas, como as de Santana, São Benedito, São João, Santo Antônio, São Pedro (conhecido como padroeiro dos pescadores), São Bom Jesus e a mais conhecida: Festa da Padroeira. As danças de matriz africana, como o Moçambique, fazem parte das festas, envolvem a todos da comunidade.

Além disso, dentro da comunidade há um grupo de Jongo para as crianças, em que os cantos africanos e poemas que relatam a luta e resistência negra envolvem o canto. Os quilombolas também preservam grandes conhecimentos relacionados a pesca, plantas, fenômenos da natureza, movimento da lua e dos ventos.

Anualmente também acontece o encontro de Maracatu, que reúne cerca de 400 batuqueiros do Brasil inteiro por três dias de festa e muito Maracatu.

Por fim é importante incluir no relato o lugar e o papel da mulher quilombola. O papel da mulher quilombola é também um marco de cuidado e proteção, que vem carregado de abusos e violências desde o passado. Essas características vêm desde a criação do quilombo, com o nascimento de seus filhos com os senhores, em que o fruto dessa relação nasceu como escravo.

[...] a mulher quilombola contribui de forma marcante para uma vida sustentável de suas comunidades, lutando contra a intolerância, o preconceito, a desigualdade e a falta de oportunidades. Diante de tal contexto, a mulher quilombola é uma guerreira, cria seus filhos, preserva sua origem, é mãe e educadora e ainda preza pela sustentabilidade de suas comunidades. (SPAREMBERGER; COLAÇO, 2008, p. 720)

Dentro do Quilombo da Caçandoca a mulher existe com um forte sentimento de liderança familiar, cultural e política tomando lugar em todas as esferas da comunidade. Toda mulher quilombola é a própria resistência encarnada em luta.

Segundo Ignacy Sachs, a mulher tem um papel importante na preservação dos direitos culturais e naturais de seu povo/de sua comunidade, pois ela contribui para o ecodesenvolvimento e para uma gestão eficiente de tais recursos, principalmente diante da necessidade dessas comunidades de se auto sustentar economicamente no cenário local e mundial. (SACHS, 2000, p. 325).

5 IMERSÃO NA EDUCAÇÃO NO QUILOMBO DA CAÇANDOCA

Este capítulo se organiza a partir de minhas visitas ao Quilombo, que passo a narrar a seguir, já que elas permitiram a percepção das relações educativas na comunidade.

A 250 quilômetros da capital, saindo da Rodovia Rio Santos BR-101, até chegar no Quilombo da Caçandoca se percorre 3,5 km em uma estrada de terra passando por algumas praias. São 890 hectares de área de praia e sertão, que incluem as praias da Caçandoca, Caçandoquinha, Bairro Alto, Saco da Raposa, São Lourenço, Saco do Morcego, Saco da Banana e Praia do Simão. Já a região da Praia do Pulso, há um condomínio de luxo no qual alguns quilombolas trabalham, não foi reivindicada na proposta de titulação, mas também fazia parte das terras tradicionais. Foi a primeira comunidade quilombola no país a conseguir um decreto de desapropriação do governo federal por interesse social após 2003, ano em que foi publicado o Decreto Federal 4887, que normatiza o processo de titulação das terras de quilombo.

Na primeira visita no quilombo, em uma tarde de sábado, fui recebida pelo Mário, presidente do local, que nos levou até sua casa, apresentou alguns espaços do quilombo e a escola do território que está desativada desde 1990. Quando estava ativa a escola funcionava em uma única sala, sem o sistema seriado e dava habilitação para o fundamental I e II. Mário relata que estudou lá em um período em que existia uma única professora para todas as disciplinas e que ela chegava na segunda-feira de manhã e iria embora do local apenas na sexta-feira, se hospedava em uma suíte que foi construída pelos moradores nos fundos da escola.

Quando entramos na escola, o que me encantou foram os livros na estante, que misturava desde William Shakespeare até bell hooks em uma única prateleira de ferro enferrujada. As cadeiras estavam organizadas em roda e logo interroguei o Mário o porquê daquela disposição do espaço. Ele me respondeu que aos sábados de manhã acontecem aulas de artesanato no local.

Estava chovendo e a primeira coisa que falamos foi sobre a estrada de terra até o local, que muitas vezes dificulta o acesso e o dia a dia da comunidade. Um exemplo desta complicação foi a última temporada de chuvas, que deixou as crianças sem aula durante dois meses e os moradores sem conseguir sair para trabalhar. O asfaltamento da estrada se tornou uma urgência devido as fortes chuvas no litoral,

que alaga a estrada impedindo a entrada e saída do território. E ele mencionou que já tinham uma manifestação marcada com os moradores para a próxima semana em frente à Prefeitura de Ubatuba.

A escola lembrava um clima de antiquário, com objetos expostos em prateleiras de ferro, decretos, matérias de jornais, imagens, textos, a árvore genealógica da comunidade, retratos, todos enfeitavam as paredes. Ao me sentar na cadeira escolar disposta no fundo na sala era como se estivesse de frente para um livro se abrindo, a história da comunidade estava marcada em cada parede. O espaço arquitetônico do que seria uma escola dos anos 90, carregava um significado de acervo e memória da comunidade, como se a marca de cada morador e a alfabetização dos mais velhos estivessem à minha frente.

Mário começa me apresentando a árvore genealógica, passando por cada núcleo familiar gerado lá desde 1858, destacando a miscigenação entre os filhos do dono da fazenda com as mulheres que foram escravizadas no local. Lembrando que a comunidade do Quilombo da Caçandoca não foi um território de fuga da casa grande, a casa grande e a senzala já estavam postas no local e o quilombo se originou das ruínas e do fim da escravidão no Brasil, ficando como herança.

Questionei sobre o número de moradores dentro da comunidade e Mário exhibe os seguintes dados: segundo o ITESP, no mapeamento realizado em 2000, havia 54 casas no local, como o último levantamento foi feito há 19 anos atrás, Mário calcula que hoje existem cerca de 130 casas entre construídas e algumas obras. Ele ressalta também o número de habitantes por casa, que hoje chega no máximo a quatro moradores. Mas lembra que antigamente cada família tinha no mínimo oito filhos.

Seguindo a lógica de miscigenação e herança do território, iniciamos a discussão sobre a participação das mulheres dentro da comunidade. Mário menciona as relações que os filhos do fazendeiro José Antunes de Sá tinham com as escravas, mesmo tendo suas mulheres dentro da casa grande. Por isso é muito comum dentro do quilombo da Caçandoca encontrar pessoas brancas.

Mas, como já pontuei anteriormente, existe toda uma estrutura de controle para solicitação de moradia dentro do território. Eles consultam sempre a árvore genealógica exposta dentro da escola, como parâmetro de novos membros. Quando não é possível localizar por lá, o que ele declara ser bem raro, os mais velhos da comunidade são consultados, sua palavra sendo a validação. Além disso, é obrigatório apresentação de certidões de nascimento, certidão de óbito - quando

necessário, assim a pessoa passa a ser associada ao Quilombo. Também é necessário a participação em reuniões, conselhos, votações, assembleias e estar de acordo com o estatuto interno do espaço. Dentro do estatuto, que também está exposto na parede da escola, fica também definido que para reivindicar terra dentro do quilombo é necessário ter mais de 18 anos e utilizar o espaço como moradia fixa, nunca como casa de temporada, como já indiquei.

Também conversamos sobre a economia e política do território. A economia do quilombo já se deu principalmente pelo artesanato e pela pesca, mas hoje em dia, provém de trabalhos fora da comunidade.

Essa questão do trabalho dentro do condomínio, que mantém uma luta física e judicial com a comunidade por posse das terras, repete uma lógica servil herdada pela era escravocrata. Repetindo a divisão dos espaços entre casa grande e a senzala em que a força de trabalho barata e negra é reforçada.

Na questão política a comunidade se divide muito bem, tendo sua própria metodologia de organização, que funciona da seguinte forma: De dois em dois anos há eleições, cada chapa se apresenta com seus membros, que de primeiro momento se concentra em presidente e vice-presidente, e em suas propostas para a comunidade.

Acontecem debates e períodos de divulgação das chapas, logo após acontece a votação. Depois de eleito o partido escolhe os cargos e pessoas para atuarem. Os cargos se dividem em: Presidente; Vice presidente; Tesoureiros; Conselho Fiscal; Conselho Executivo; Conselho Deliberativo; Secretários; Agentes.

O partido trabalha fortemente nas questões legais e jurídicas frente aos órgãos públicos para a defesa do território, na articulação com a prefeitura de Ubatuba e, principalmente, com o INCRA e o ITESP, dois órgãos essenciais para os avanços dentro da comunidade.

Outra função do partido vigente é organizar ações dentro da comunidade que preservem a memória quilombola, como as festas tradicionais, entre elas, a Festa do Divino e a Festa da Padroeira que, além de preservar a memória e práticas quilombolas, reforçam as tradições e história do quilombo para os visitantes e turistas que frequentam as festividades.

Dentro dessa conversa falamos sobre o sistema escolar na comunidade. Lá dentro há uma escola que foi desativada na década de 90, que funcionava com o que hoje seria o fundamental I. Após as crianças eram direcionadas para a Escola

Estadual Professora Áurea Moreira Rachou, que fica a alguns quilômetros do Quilombo. Na época em que a escola funcionava, Mário relata que a professora morava dentro do prédio e só partia durante o final de semana e ainda não tinha luz elétrica.

A escola estadual Áurea Rachou, trabalhava lado a lado com o Quilombo da Caçandoca, proporcionando reuniões de pais e entrega de boletins dentro da comunidade, para enfrentar o problema do acesso e mobilidade que a região carece. Fruto dessa parceria nasceram também as visitas guiadas dentro do Quilombo para a comunidade escolar, visitas essas que são ainda regulares e são apresentadas pelas crianças quilombolas. O quilombo também contribuí com a escola estadual, proporcionando ações durante o 20 de novembro e realizando encontro de capoeira dentro da escola.

Um dos projetos da comunidade é reabrir a escola que fica dentro do território, para funcionar como contra turno, oferecendo oficinas, atividades e servindo como uma biblioteca, a fim de preservar a memória quilombola para as crianças durante a semana. Ao final de semana, estender essa prática aos adultos.

A escola desativada também já funcionou como Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, no ano de 2000, com a chegada do ITESP, para mapeamento do território. Funcionou durante um tempo para a alfabetização dos mais velhos, mas logo após a formação foi interrompida por falta de demanda de alunos.

As práticas cotidianas do Quilombo da Caçandoca se relacionam à Lei Lei 10.639³⁰, que, em estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, além de introduzir a temática identidade quilombola como parte dos conteúdos a serem abordados na educação básica. Um identidade que traz para a educação quilombola perspectivas outras, assentadas na herança e aprendizado familiar, ressaltando conhecimentos como as práticas da pesca, orientações sobre a fase da lua, direção dos ventos, cantos do jongo, plantas medicinais e a cultura culinária.

Na questão das plantas, dentro do Quilombo da Caçandoca foram catalogadas cerca de 19 espécies de plantas medicinais e terapêuticas, que são utilizadas

³⁰ A Lei 10.639 foi apresentada e discutida no capítulo 2.4 As Leis que marcam a educação a partir do movimento negro.

popularmente como métodos alternativos principalmente para doenças como gripe, febre e bronquite, todas relacionadas ao sistema respiratório.

Nesse combo de saberes quilombolas, não podemos deixar de citar o saber culinário e suas práticas. A comida está presente em todas as festividades do território, é um pecado ir até lá e não apreciar as porções que são oferecidas nos quiosques. Essa relação com a comida é uma das heranças que o território preserva, principalmente com o uso da mandioca e outros vegetais plantados por lá, e o peixe fresquinho vindo do mar. O cultivo desses alimentos é como manusear é uma tradição que mostra a integração do Quilombo também com a herança caiçara do litoral de São

Paulo:

A culinária caiçara foi desenvolvida com base nos ingredientes frescos oriundos da pesca e da serra. Os sambaquis são evidências arqueológicas que indicam que os índios genuinamente brasileiros já tinham como hábito se alimentar de pescados e crustáceos. Os caiçaras, por sua vez, obtinham da mata, além da caça, as raízes e os vegetais. [...]Nos lugares que não havia eletricidade e nem equipamentos para gelar os peixes a solução para mantê-los, em boas condições de consumo e por mais tempo, era salgá-los e secá-los. Assim, os pescados eram mantidos sobre o fogão à lenha para serem secos, mas havia uma série de cuidados específicos em torno deste procedimento [...] a lenha, por exemplo, teria que ser específica e os pescados eram constantemente vigiados para que não pousasse sobre eles moscas varejeiras. Também os peixes deveriam ser gordos para que pudessem ser submetidos a esta técnica, pois o que os cozinhas era a sua própria gordura. A mandioca é uma iguaria de muito valor na culinária caiçara. Além do uso desta raiz no cotidiano alimentar, apresentada frita, assada ou cozida, a farinha dessa tuberosa também é bastante aplicada à produção dos pratos servidos nessas comunidades. O milho e o arroz também fazem parte da alimentação dos caiçaras que assim como a mandioca, são consumidos como farinha ou no preparo de pirões ou pães. (LUDERER, 2010, s.p.)

O contato com a terra e o mar é um costume quilombola dentro do território, para alimentação, economia, lazer, memória e resistência. Mário relata que seu maior aprendizado é a defesa da terra e do espaço, pois estes carregam quem ele é, quem são seus pares.

Em outra visita ao quilombo, em 06 de outubro de 2019, tive a oportunidade de participar do debate eleitoral para candidato a presidente para o ano de 2020. Era um domingo de chuva e toda a população estava reunida no Centro Comunitário Flávio Firmino dos Santos para ouvir as propostas dos dois candidatos

Aos poucos o local foi ficando cheio e o debate começou, tinham duas chapas competindo e seus candidatos já estavam definidos. A chapa 1 e seu presidente

Antônio, apresentou propostas de melhoria da estrutura da escola, reformulação do centro cultural, reivindicação frente a prefeitura para alinhamento da estrada que liga a rodovia com a entrada do quilombo. A chapa 2, com a presidência de uma mulher, Dona Neide, trouxe propostas bem parecidas e acrescento a discussão sobre as atividades culturais. A eleição ficou marcada para o dia a semana seguinte, no dia 06 de outubro de 2019, das 8h às 17h. A eleição é organizada pelo partido atual da associação. Após a apuração dos votos, de forma democrática, a Chapa 1 obteve mais votos.

Em uma terceira visita, em 12 de outubro de 2019, participei da Festa da Padroeira que acontece sempre no feriado de 12 de outubro. A tradicional festa cultural e gastronômica nasce dessa mescla cultural ancestral que o quilombo da Caçandoca carrega. A cultura africana vinda com os escravos, os costumes religiosos católicos vindo com os europeus, as características caiçaras e indígenas se condensam nos traços multiculturais do quilombo, na homenagem à Nossa Senhora Aparecida, considerada a padroeira do Brasil,

A programação da festa começou bem cedinho, com uma procissão marítima que carrega a estátua da padroeira e segue com um missa inculturado³¹, Após houve apresentação de maracatu e essa primeira parte foi finalizada com almoço feito pelas mulheres da comunidade. No cardápio o famoso peixe azul marinho, pescado no próprio local. Logo após a refeição a programação retornou com jongo Maré Negra, grupo formado pelas crianças da comunidade, após foi exibida a peça teatral de fantoches “Mamulengo em si mesmo” e finalizando a festa com uma roda de capoeira, aberta ao visitantes.

³¹ O termo de caráter cristológico é frequentemente utilizado para falar do encontro da fé e cultura. Saiba mais no livro “Teologia da inculturação segundo Michael Amaladoss e Mário de França Miranda”: https://books.google.com.br/books?id=IPxTtr8LrLYC&pg=PA78&lpg=PA78&dq=inculturado+significado&source=bl&ots=INDaydnQsu&sig=ACfU3U0eO4OCtVXh_a_64ROXQBQ7liBcug&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiuoeGz_6rqAhWel7kGHQeCA2UQ6AEwB3oECAgQAQ#v=onepage&q=inculturado%20significado&f=false

Figura 8 – Arte de Divulgação Festa da Padroeira



Fonte: Arte de Mário Gabriel do Prado.

A festa da padroeira foi um momento de celebração e encontro, o sorriso no rosto de cada morador era instigante e marcante. As crianças correndo e participando de cada processo da festa foi um ponto de observação de como o território é uma sala de aula a céu aberto, como cada corpo quilombola carrega uma história, histórias que foram postas com orgulho e muita participação naquele dia.

Um dos momentos que mais me chamou atenção foi durante o Jongo Maré Negra. O grupo formado por crianças da comunidade entoava cantos e dançavam, e cada estrofe contava a história de resistência presente naquele lugar. Naquele momento eu pude ver cada um dos meus ancestrais em cada movimento do corpo dos pequenos, na boca o som apreendido dentro de casa. Recordo de uma estrofe que

dizia:

No dia 13 de maio, cativoiro acabou;
 E os escravos gritavam liberdade senhor;
 Pisei na pedra, a pedra balançou;
 Levanta meu povo, cativoiro se acabou.

Figura 9 – Jongo das Crianças



Fonte: Foto da autora, Nathalia Henrique. 12 de outubro de 2019. Acervo pessoal.

Além da dança e do canto, as crianças se revezavam no tocar do tambor, que era um som forte e presente para dar o tom as canções. A dinâmica do ritual funcionava da seguinte forma: abre-se uma roda, no centro dela se concentra uma dupla que vai gingando o corpo sempre em direção contrária ao corpo do outro e fazendo movimentos de aproximação e afastamento. Para entrar as crianças que estão do lado de fora tocam no corpo de um integrante que está gingando, o integrante que foi tocado deve sair do centro da roda dando espaço para a pessoa que entrou.; Quando inicia uma nova música uma nova dupla entra. Só com olhares as crianças vão se organizando e se comunicando para entrar quando uma nova música começa.

Outra atividade da festa foi a apresentação teatral da Cia Mamulengo de si mesmo³², apresentada pelo artista Oscar Luiz. A companhia traz brincadeiras através

³² Página na rede social facebook com mais informações e contato do artista:
<https://web.facebook.com/pg/mamulengodesimesmo/about/>

de figuras típicas nordestinas e atividades lúdicas. Segundo o artista Oscar a expressão “Mamulengo de si mesmo” significa trazer o indivíduo/participante a ser protagonista de suas ações.

Indo mais a fundo, é importante apresentar a origem do mamulengo. Essa arte popular foi trazida pelos escravos africanos para o Brasil entre os séculos XVI e XIX nos Estados do Pernambuco e Bahia. Segundo o falecido mamulengueiro Januário de Oliveira, citado por Brochado (2018) no Pernambuco a prática surge com um escravo chamado Tião, como represália ao seu patrão, um rude fazendeiro e dono de muitos escravos. Já o bonequeiro Manuel Francisco da Silva, relata que o teatro de bonecos surgiu na Bahia com uma escrava que construía os bonecos como representação dos homens e bichos do local. Vale ressaltar que os bonecos esculpidos em madeira sempre traziam em seu enredo a inversão de hierarquias, nas histórias sempre cômicas a inversão de poderes se sobressaiam. (BROCHADO, 2018).

Festas e eventos são atividades regulares do território.³³

Por fim, minhas visitas à comunidade permitiram a percepção da grandeza que é esse local. A cada visita um novo universo de análise, estudo, possibilidades, encontro e afetos foi se abrindo. Estar nesse espaço me mostrou novas possibilidades de existência, ressignificação de vida, caminhos de aprendizado, contato com a terra e o mar, contato com a vida de meus ancestrais enquanto mulher negra, descobertas e a unidade de pessoas através de um marco histórico. Um novo olhar para onde a educomunicação se faz em prática.

³³ Tradicionais festas e eventos que acontecem no território são: Festa de Santana, Festa de São Benedito, Festa de São João, Festa de Santo Antônio, Festa de São Pedro, Festa de São Bom Jesus, Comemoração da Consciência Negra, Semana da Cultura Caiçara, Baque da Virada (batucada na virada do ano), A Vivência do Samba, Celebração Nossa Sra do Rosário dos Homens Pretos, Maio Negro, Fórum das Comunidades Tradicionais – Angra, Paraty e Ubatuba. Além de receber e participar de eventos de fora como: Encontro Estadual de Mulheres Assentadas, Quilombolas e Indígenas do Estado de São Paulo; Experimento Brincando. Uma parceria do Governo do Estado de São Paulo e o grupo Terrenos do Rio; A Festa da Tainha; Encontro anual de Batuqueiros; Festival da Diversidade Cultural Caiçara.

5.1 EDUCOMUNICAÇÃO E O QUILOMBO DA CAÇANDOCA

Ao longo do processo de construção do Quilombo da Caçandoca percebe-se um grande campo de aprendizagem em forma de vivência. A comunicação, a educação e os eixos que permeiam a educomunicação se fazem presentes em cada construção cotidiana no local. A Educação está presente em todas as etapas da vida do ser humano, tendo início na família e ocorrendo de forma natural, ou seja, não demandando especializações e metodologias específicas, sendo o lar o maior pontapé da construção social do indivíduo. Já o quilombo da Caçandoca é um campo vivo de metodologias, criação, técnicas de vida, cultura e aprendizado.

A educação, nesse sentido, torna-se parte de um contexto histórico que é observado em todas as sociedades. Ela se manifesta e se torna responsável pela preservação da cultura e da tradição histórica, e pela transposição desta história às gerações. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB, 1996) a Educação será ministrada com base no seguintes princípio:

- 1) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
 - 2) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
 - 3) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
 - IV Respeito à liberdade e apreço à tolerância.
 - Garantia de padrão de qualidade.
 - Valorização da experiência extra- escolar.
 - Vinculação entre a educação escolar o trabalho e as práticas sociais
- (LDB: Título II, artigo. 3º)

Estes princípios estão baseados no pleno desenvolvimento do cidadão também como ser político, no sentido de garantir sua participação como ser social. Atualmente, pelo menos em relação às diretrizes mencionadas, a educação é construída, compartilhada, tendo como ponto de partida o conhecimento do aluno, ancorando as expectativas de aprendizagem em campos que envolvam reais necessidades dos educandos³⁴.

A educação é um direito fundamental do homem, que garante a promoção e a tolerância entre nações e grupos raciais, como postula a Declaração dos Direitos Humanos no art. 26

³⁴ É importante ressaltar que são diretrizes e que na prática não acontecem como a teoria é colocada.

§1. Toda pessoa tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

§ 2. A instrução será orientada no sentido pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e os grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: 1948, art. 26º)

Portanto, a educação aparece como um agente transformador de nossa sociedade, tem a possibilidade de ampliar a capacidade das pessoas e fortalecê-las como seres sociais, como sujeitos históricos, com possibilidade de participação e com o olhar ampliado aos seus direitos e igualdades.

Mantoan (2006) declara que a condição de ser social idealizada pelo atual paradigma da educação, requer muito mais que a participação, requer também o respeito à história de vida desse sujeito, que é uma história de vida individual, dentro do contexto social. A história pessoal de um indivíduo não pode estar dissociada da história de vida escolar. Uma vez que as aprendizagens escolares se constituem em processos de socialização. E a educação atua de forma dupla, sendo individual e ao mesmo tempo coletiva.

A educação fundamentada no pressuposto teórico de “educação de qualidade para todos”, não centra na possibilidade do indivíduo ser único e imutável. Mantoan (2006) descreve que a educação é para todos, porém deve abranger, permear a individualidade de cada um.

Esta perspectiva encontra amparo na educomunicação, que enxerga os processos como práticas de aprendizagem, dando espaço para novas metodologias de ensino, levando em consideração a vivência humana. Os principais aspectos da educomunicação trazem a prática, o diálogo, a interação dialética com a realidade, onde educadores e educandos estão no mesmo processo, valorizando-se o protagonismo no processo educativo e na vida dos indivíduos. A educomunicação não se limita ao espaço escolar ou ao âmbito da comunicação social, mas abre novas camadas de investigação e inter-relações nos campos do saber e onde a ação da comunicação e a educação se fazem presente. (SOARES, 2015). Como postula Soares,

Seja qual for o tipo ou a forma de conhecimento, o campo não somente tem condições de recebê-lo, mas, sobretudo, de promover o diálogo com ele e dele com os outros. Isto é: se há – ou tem de haver – algo que particulariza, caracteriza ou é específico desse campo chamado de Educomunicação, é a sua capacidade de entrecruzar saberes, promovendo a interlocução ou a conversa entre os que constroem e/ou se utilizam desses saberes (SOARES, 2015, p.3)

Nesse sentido, proponho pensar o território do Quilombo da Caçandoca como um campo onde a prática e os costumes sejam considerados a partir da perspectiva educ comunicativa que, acredito, pode ser observada dentro de cada processo que acontece ali. As ações diversas têm grande ligação com o ensinar a transgredir (HOOKS, 2017). As fronteiras pedagógicas pautadas no ambiente de sala de aula são rompidas e todos os espaços se tornam também um campo de aprendizagem, onde a educomunicação se identifica como prática, e não como teoria. O ambiente se inscreve na proposta de bel hooks:

[...] a teoria e a prática a fim de afirmar e demonstrar práticas pedagógicas engajadas na criação de uma nova linguagem, na ruptura das fronteiras disciplinares, na descentralização da autoridade e na reescrita das áreas limítrofes institucionais e discursivas [...] (HOOKS, 2017, p. 173)

Temos então um território de aprendizagem, com metodologias herdadas e desenvolvidas em territórios quilombolas ancestrais, como o Quilombo dos Palmares, Quilombo do Urubu, Quilombo do Quariterê entre outros. Metodologias que trazem a educação para perto de forma viva, que permeiam a culinária, a política, o plantio, conhecimento de plantas e ervas medicinais, o ensino da pesca, memórias, conhecimento sobre a direção dos ventos, tábua das marés, artesanato, música, senso coletivo, luta pela terra e direitos quilombolas diante das legislações. Sparemberge e Colaço descrevem sobre a biodiversidade e a intervenção de culturas dominantes dentro de territórios quilombolas:

Os quilombolas são detentores de uma riquíssima biodiversidade natural e cultural, são conhecedores do plantio de diversas culturas, de plantas com grande poder medicinal, usadas há gerações pelos seus antepassados e preservadas por suas tradições. Ademais, possui uma biodiversidade cultural evidente, que muitas vezes se perde por falta de proteção, de orientação e principalmente pela intervenção do homem branco, que acredita que sua cultura dominante é a única correta, desmerecendo muitas vezes a tradição do quilombola ou de outras comunidades. (SPAREMBERGER; COLAÇO, 2008, p. 719)

O quilombo é o espaço de metodologias de aprendizagem, que são construídas através do diálogo, passado de pai para filhos. A biodiversidade natural e cultural abre um leque de possibilidades de aprendizagens de sobrevivência através de uma passagem de bastão. Essa passagem vem sendo estabelecida principalmente pelas mulheres, que são maioria no território e tem atuação ativa em todas as atividades desenvolvidas, se tornando um símbolo de resistência e berço de ensinamentos. Elas fazem parte da educação gerada dentro do quilombo.

Fazendo um paralelo novamente com a educomunicação, em que a ação e a prática dividem o mesmo caminho, aproximando a ação ao desenvolvimento de processos que são também políticos. Tais processos precisam ser massivamente democráticos e participativos, gerando possibilidades de encontros, experiências e novas narrativas. A definição sobre educomunicação, colocada por Soares, demonstra exatamente o vínculo que quero apontar da relação da educomunicação com o Quilombo da Caçandoca:

Entendemos que fazer educomunicação ou realizar práticas educacionais, na medida em que isto quer dizer construir um novo discurso, é experimentar uma outra forma de convivência social. Aliás, a educomunicação, do nosso ponto de vista, é, antes de tudo, uma proposta de organização social essencialmente diferente dessa em que estamos inseridos. (SOARES, 2015, p.7)

A prática da horizontalidade se faz em ações coletivas que permitem um avanço comum, onde em qualquer ação há uma construção que beneficia a comunidade como um todo. Um grande marco dessa horizontalidade é a construção da memória coletiva que estimula a permanência de memórias ancestrais. A comunidade da Caçandoca enxerga isso como um grande marco para sua identidade territorial, uma herança natural que define um grupo social. Assim, é pelo reconhecimento de sua própria cultura e pela relação com seu espaço de vida que a comunidade constrói e mantém sua memória coletiva. A memória é um elemento essencial da identidade, representando a formação de um povo. Nesse caso o grupo é protagonista de um saber, de tradições e atua como um canal de comunicação que garante dimensões atemporais, como disserta Diehl (2002, p.116-117):

A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. [...] Pelo senso comum, a memória está intimamente ligada às

tradições familiares, grupos com suas idiossincrasias peculiares. Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim, continuidade e identidade daquelas tradições.

Outra manifestação que marca bem essa memória coletiva, que é um canal de comunicação e educação presente na comunidade, são as rodas de jongo. O canto, que sempre carrega uma história marcante da população negra, entoia palavras de liberdade e citando fatos como o 13 de maio³⁵. Vale ressaltar que o jongo é outra prática passada de forma ancestral, que reafirma mais uma das estratégias e metodologias de sobrevivência criadas no tempo de escravidão. E que é uma prática presente, principalmente nos momentos de celebração dentro do quilombo da Caçandoca.

Nos tempos da escravidão, a poesia metafórica do jongo permitiu que os praticantes se comunicassem por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. Sempre esteve, assim, em uma dimensão marginal, em que os negros falam de si, de sua comunidade, por meio da crônica e da linguagem cifrada. (IPHAN, 2007, p. 14).

Podemos observar que em todas as atividades da comunidade, desde o jongo, o mamulengo, as organizações políticas, as festas, os eventos, as celebrações religiosas e culturais há um grande movimento democrático, que acredito podemos pensar em termos da Educomunicação. É um grande exemplo de como é viver em uma comunidade democrática, em que observo uma gestão partilhada, propriedades coletivas, participação ativa, em uma verdadeira “forma de existência social” (VIEIRA, 2000, p. 39).

³⁵ Data que foi assinada a Lei Áurea, no ano de 1888 pela princesa Isabel declarando a libertação dos escravos. Apesar das discussões que recusam a data como se a abolição fosse uma dádiva da princesa branca, e não resultado das lutas das pessoas negras, ela guarda valor dentro da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impressiona-me a produção negra em meio à dor, a possibilidade de criar e se reinventar em meio à escravidão, racismo e genocídio. A expertise de se reinventar, de desenvolver técnicas, de criar ecossistemas de aprendizagens, de transformar afeto e identidade em processos únicos que fazem parte da história do negro/negra no Brasil.

Esses processos nascem com a ausência de ações que trabalhem a inserção do negro/negra na sociedade de classes. E trazendo isso para o campo da educação, observamos novamente que os movimentos pautados são frutos novamente de luta e não oriundos de de benesses governamentais. Observamos isso com a criação da Frente Negra Brasileira que atua massivamente na alfabetização da população negra paulistana e no meio da política. Já no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro através da arte traz narrativas negras para os palcos e impulsiona artistas da época. E no norte do país com a ativista Mundinha que fundou o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN).

É preciso se reinventar dentro dos sistemas e espaços através da luta. Como fruto disso, ao longo da história começamos a ver ações dentro da política como a alteração da Lei de Diretrizes e Básicas da Educação (LDB) sancionando a Lei 10.639 de 2003 (BRASIL, 2003).

Ressalto novamente a produção negra como espaço onde grandes intelectuais formaram influenciados, como a participação de Paulo Freire no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e aprendizados com o filósofo Álvaro Pinto e o intelectual negro Guerreiro Ramos:

Ao longo da história do Brasil os quilombos se tornaram grande pólo de vivência negra, um exemplo disso é o Quilombo do Urubu que trouxe estratégias de defesa,

ideais de libertação e forte presença da liderança feminina. E o Quilombo da Caçandoca, que foi o campo de estudo, que carrega heranças dos primeiros quilombos do Brasil.

Perceber a educomunicação para além da academia e dos espaços escolares nos abre um leque de novos conhecimentos e metodologias. O Quilombo da Caçandoca traz essa característica de ser um espaço educ comunicativo através das suas atividades. Esse espaço se constitui com memória, luta pela terra, educação familiar, saberes ecológicos, fóruns, costumes, artesanatos, cantos, celebrações, política e compartilhamento. Estar ali me tirou do lugar de pesquisadora e me colocou como parte da comunidade, foi preciso vivenciar e a partir disso analisar o processo de pertencimento naquele espaço.

A educomunicação como forma de resistente é tão consolidada como herança que vemos os resultados até hoje. O Teatro Experimental do Negro, a Frente Negra Brasileira, O Aparelha Luzia, a Casa Amarela, os coletivos negros e outras frentes são reformulações da organização quilombola, são espaços de vivência através da arte, da educação, do afeto, do compartilhamento negro. E são nesses espaços que a educomunicação se faz presente de forma prática. É interessante analisar como os quilombos foram se reorganizando em novos espaços e moldes, mas sempre mantendo sua essência. Observamos como os espaços de resistência negra no Brasil são um grande ambiente onde a educomunicação se faz viva.

Como educ comunicadora, explorar a história da educação do negro no Brasil, conhecer o Quilombo da Caçandoca faz parte do processo das narrativas que acredito serem válidas para os espaços educacionais. Faz repensar os conteúdos que podem agregar na aplicação da Lei 10.639 e a potência educacional que essa lei tem dentro de sala de aula. Além disso, pude transformar vivência em aprendizado, trazendo um novo olhar para os processos e para aquilo que chamamos de comunicação.

Referências Bibliográficas

Monografias

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

BARBOSA, Márcio. **Frente Negra Brasileira, depoimentos**. São Paulo, 1998. Quilomboje

BARBOSA, Silvia Maria Silva. **O poder de Zeferina no Quilombo do Urubu**: uma reconstrução histórica política-social. 2003. 192 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo, entre o final do século XIX e início do XX**. In: ROMÃO, Jeruse. História da educação do negro e outras histórias. Brasília: ME, 2005.

CARRIL, L. **Terras de negros, herança de quilombos**. São Paulo, Scipione, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Documento final. Brasília: MEC, SEA, 2010.

COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

DIEHL, A. A. (2002) **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC.

Editorial “A Conferência Nacional do Negro”, Quilombo, n.2 maio 1949. p.2.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. v. 2.

FERREIRA, Luiz Alves; BRAGA, Francinete Santos. **Formação dos Quilombos Urbanos**: Uma Análise dos deslocamentos da África para o Brasil. 2010. 9 f. Revisão de Literatura.

IPHAN. **Jongo no Sudeste**. Brasília, 2007.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo.1967.

GIROUX, H. **Cruzando as fronteiras do discurso educacional: novas políticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALHIRO, E. (Org.). Racismo e anti-racismo. repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **História da Educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOOKS, Bell. **Vivendo de Amor**. In: WERNECK, Jurema. (Org.). O Livro de Saúde das Mulheres Negras: nossos passos vêm de longe. 2. ed. Título original: The Black 354 Women's health book. Tradução Maisa Mendonça; Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000, p. 188-198.

_____. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960

KARASCH, Mary. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 - 1850)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. **A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: o caso da Escola Imperial Quinta da Boa Vista**. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Comunicação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População Negra e Escolarização na Cidade de São Paulo nas Décadas de 1920 e 1930**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) Departamento de História, Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summos, 2006.

MULLER, Ricardo G.(org). **Dionysos** (edição especial sobre o Teatro Experimental do Negro). Rio de Janeiro: Fundacen / Brasília: MINC, 1988.MULLER, Ricardo G.(org), 1988.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1989.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro Experimental do Negro**: Trajetórias e Reflexões. Thoth: informativo do senador Abdias do Nascimento. Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento. n.1, 1997.

NASCIMENTO, A. Thoth / Informe de distribuição restrita do senador Abdias do Nascimento, n .6, 1998a. Brasília: Gabinete do senador Abdias do Nascimento, Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

NASCIMENTO, Abdias. **Fala A Mulher**: A “Fundação Leão XIII” e as favelas. Quilombo. Rio de Janeiro, n. 5, p. 11, 1950.

_____. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan- africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Elisa L. **O Sortilégio da cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

NEIVA, A. C. G. R. et al. (2008, October). Caracterização socioeconômica e cultural da comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: dados preliminares. Paper presented at the IX Simpósio Nacional do Cerrado, Brasília-DF.

PEREIRA, Amílcar Araujo. **A Lei 10.639/03 e o movimento negro**: aspectos da luta pela “reavaliação do papel do negro na história do Brasil. In: Cadernos de História (Belo Horizonte), v. 12, p. 25-45, 2011.

QUILOMBO. In: DICIONÁRIO online de língua portuguesa. **MICHAELIS**. Editora Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=QUILOMBO>. Acesso

em: 25 mar. 2020.

QUILOMBHOJE (Org.). **Frente Negra Brasileira**: depoimentos/entrevistas e textos: Márcio Barbosa. São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Ironides. (1998a), “**Diário de um negro atuante (1974-75)**” [1º livro, 1ª parte]. Thoth, 4: 121-145 (Informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento).

ROMANELLI, O. de O. História da Educação Brasileira: 1930/1973. Petropolis, Editora Vozes, 1978.

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

SANTOS, Gilca R. dos. (2011), “**As contribuições pedagógicas de Ironides Rodrigues para o ‘Pensamento Educacional’ no Brasil, entre 1940 e 1960**”, in X Jornada do HISTEDBR: História da Educação: intelectuais, memória e política, Vitória da Conquista, BA (Jornada HISTEDBR, Campinas (SP), v. 2).

SILVA, Petrolina. “Reconhecer a diversidade para mudar a sociedade. Entrevista especial com Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva”. Revista Ihu Online, 2011.

SOARES, Donizete. **Educomunicação : o que é isto**. 2015, Série Educomunicação - Instituto Gens.

SOUZA, Florentina da Silva. **Afrodescendência em cadernos negros e jornal do MNU**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos Para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SOARES, Donizete. **Educomunicação**: o que é isto. 2015, Série Educomunicação - Instituto Gens.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; COLAÇO, Thaís Luzia. **O direito das minorias na constituição brasileira: o papel das mulheres indígenas na preservação ambiente e sustentável de suas comunidades**. In: PESQUISA, Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em (Org.). XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI: Cidadania e Efetividade dos Direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 718-732.

VARGAS Álvarez, Lina María (2003). **Poética del peinado afrocolombiano**.

Instituto Distrital de Cultura y Turismo, Alcaldía Mayor de Bogotá.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio**: Aspecto da rebeldia dos escravos no Brasil, Rio de Janeiro, conquista, 1972.

Periódicos

BROCHADO, Isabela. O mamulengo e as tradições africanas do teatro de bonecos. **Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas**, Jaraguá do Sul, v. 2, n. 2, p. 140-155, 2018.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: 'minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra'. Entrevista concedida a Juliana Domingos de Lima, 2018. **Nexo Jornal**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>. Acesso em 24 mar. 2020.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8, n° 16. 1988.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades de africanos no século XIX. In: Dossiê Povo Negro: 500 anos. **Revista da USP**, São Paulo, n. 28, dez. 95/fev. 96, p. 174• - 193.

Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1824**. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: [w.w.w.planalto.gov.br/legislação](http://www.planalto.gov.br/legislação)> Acesso em 25 março de 2020.

_____. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). Texto-referência para a elaboração

das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola. Brasília, DF: CNE, 2011.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 15 dez. 2019.